



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

ANTONIO EDUARDO GOMES MONTEIRO

**GOVERNANÇA TERRITORIAL E DISPUTAS DE INTERESSES: A
criação de Reservas Extrativistas Marinhas no Nordeste Paraense.**

Belém – Pará

2018

Antonio Eduardo Gomes Monteiro

**GOVERNANÇA TERRITORIAL E DISPUTAS DE INTERESSES: A
criação de Reservas Extrativistas Marinhas no Nordeste Paraense.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Geografia e Cartografia da
Universidade Federal do Pará, para obtenção de
grau em Licenciatura e Bacharelado em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. William Santos de Assis

Belém - Pará

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M772g Monteiro, Antonio Eduardo Gomes
GOVERNANÇA TERRITORIAL E DISPUTAS DE INTERESSES : A criação de Reservas Extrativistas
Marinhas no Nordeste Paraense / Antonio Eduardo Gomes Monteiro. — 2018
104 f. : il. color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Prof. Dr. William Santos de Assis

1. Governança Territorial. 2. Território. 3. Desenvolvimento. 4. Unidades de Conservação. I. Assis,
William Santos de , *orient.* II. Título

CDD 910.1333

GOVERNANÇA TERRITORIAL E DISPUTAS DE INTERESSES: A criação de Reservas Extrativistas Marinhas no Nordeste Paraense.

Trabalho Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará, para obtenção de grau em Licenciatura e Bacharelado em Geografia.

Aprovado pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. William Santos, de Assis (orientador)
Universidade Federal do Pará / INEAF

Prof. Dr. José Sobreiro Filho
Universidade Federal do Pará / IFCH/PPGEO/FGC

Prof. Dr. Marcio Douglas Brito Amaral
Universidade Federal do Pará / IFCH/PPGEO/FGC

Belém, 15 de fevereiro de 2018

Assinatura do aluno

Assinatura do orientador

Belém - Pará
2018

À minha companheira de vida Joelma Kláudia e aos Extrativistas de Primavera e Quatipuru pela inspiração.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará.

Aos Professores do Curso de Geografia e Cartografia que trabalham para que nós, alunos, possamos ter uma formação de qualidade.

Ao Professor Doutor William Santos de Assis pela orientação, conhecimento transmitido, conselhos, críticas e pela confiança em mim depositada durante minha iniciação científica no NEDET, e na realização deste trabalho, e que sem o seu apoio nesse trajeto a missão seria muito mais árdua.

À equipe do NEDET, Ana Carolina Costa, Ana Carolina Casemiro Vieira, Anderson Pedrini e Lidenilson Silva que me apoiaram de diversas maneiras para a realização dessa pesquisa.

Aos meus colegas de curso, com quem vivenciei tantos momentos memoráveis, e aprendi tantas geografias.

Aos meus pais Jorge e Dezinete que me apoiam em todas as minhas empreitadas e me dão amor sem exigir de volta. Ao meu irmão George Monteiro que revigora minha alegria sempre que estamos juntos.

À minha tia Iranete e avó Maria Lúcia pelo apoio indispensável no momento em que mais precisava.

Ao meu avô Sebastião Gomes pelo apreço e pelo apoio.

Ao Valério Gomes pelas dicas preciosas e conselhos.

À Joelma Kláudia, minha companhia de todos os dias, meu estímulo, meu amor.

Aos extrativistas dos municípios de Quatipuru e Primavera.

Louvada seja a maré que traz no ventre a flor da fé da porção semente
Só é pescador aquele que traz nas mãos o ofício do pescar
No coração o sentido do compartilhar
E na sua cachola a razão do conservar
Somos metade gente
Outra de caranguejo
Seguindo na corrente do desejo
Nas nossas veias flui o sangue das tantas ceias vinda dos belos mangues.

Waldemar Vergara Filho (*in memoriam*)

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é entender as limitações políticas e operacionais que dificultaram a criação da Reserva Extrativista Marinha (REM) no nordeste paraense, especificamente nos municípios de Quatipuru e Primavera. Discute sobre governança territorial e os diferentes interesses frente ao processo de criação de uma Unidade de Conservação que perdura por mais de uma década. Nesse contexto procuramos identificar os diferentes interesses em torno de estratégias de desenvolvimento no recorte espacial do Território Rural Nordeste I (TRN1), onde existe a mobilização para criação de uma unidade de conservação por diferentes atores, e um forte interesse minerário através da indústria de cimento. Desta forma esperamos que as informações que nós produzimos forneçam elementos que nos ajudem a identificar quais os atores e interesses estão em disputa no debate sobre a criação de uma REM nos municípios de Quatipuru e Primavera no TRN1.

Palavras-chave: Governança Territorial; Território; Desenvolvimento; Unidades de Conservação.

ABSTRACT

The goal of this paper is to understand the political and operational limitations which difficult the creation of the Marine Extractive Reserve (REM) in the northeast of Para, specifically in the municipalities of Quatipuru and Primavera. Discuss about territorial governance and the different interests in front of the process of the creation of a Conservation Unity, which lasts for more than a decade. In this context, we try to identify, the different interests around of development strategies on the spatial clipping of the Northeastern Rural Territory 1 (TRN1) where exist the mobilization for the creation of a conservation unit by different actors, and a strong mineral interest by the cement industry. Thus, we expected that the information we produce provide elements that help us to identify which actors and interests are in dispute in the debate about the creation of a REM in the municipalities of Quatipuru and Primavera.

Key words: Territorial Governance; Territory; Development; Conservation Unities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de municípios do TRN1.....	25
Figura 2: Mapa sobreposição da composição original da Zona Bragantina sob TRN1.....	29
Figura 3: Gráfico de Expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza desde a promulgação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e a contribuição de cada esfera de governo no incremento dessa área.....	44
Figura 4: Gestão do SNUC e suas atribuições.	46
Figura 5: Organograma dos tipos de Unidades de Conservação por categoria de Proteção Integral e Uso Sustentável.	47
Figura 6: Mapa das Unidades de Conservação do TRN1.	52
Figura 7: Apetrechos confeccionados pelos tiradores de caranguejo no município de Quatipuru. A: sapatos; B: tirador preparando o gancho; C: braceiras e D: gancho.....	56
Figura 8: Aspectos de atividades de beneficiamento do sururu.....	56
Figura 9: Embarcações de madeira no Distrito de Boa Vista município de Quatipuru. A: embarcações de pequeno porte; B e C: embarcações de médio porte.....	57
Figura 10: Aspecto das redes utilizadas para pesca no município de Quatipuru. A) Rede de tapagem (branca) e cacuri (preta); B) Rede malhadeira gozeira; C) Malhadeira de rede grossa D) Apetrechos utilizados para pesca de espinhel.....	57
Figura 11: Aspecto de pesca Muzuá.	58
Figura 12: Aspecto das embarcações utilizadas para a pesca artesanal no município de Primavera.....	59
Figura 13: Aspecto das embarcações e da pesca artesanal com maiadeira no município de Primavera.....	60
Figura 14: A: Filhote de pescada amarela capturados através da prática de pesca com rede apoiada no distrito de Boa Vista em Quatipuru; B: tamanho ideal para a comercialização da pescada amarela.....	60
Figura 15: Pescadores da comunidade da Telha após pesca com malhadeira.....	60
Figura 16: Mapa de uso do solo e vegetação do TRN1.....	62
Figura 17: Srº Raimundo Sarmiento Reis (Primote) apresentando o espaço destinado para a construção da sede da AEXQUAT.....	66
Figura 18: III Chamado da Floresta com representantes solicitando a criação da REM no ano de 2015.	68

Figura 19: I Seminário das Comunidades Extrativistas realizado em 2012 na comunidade da Telha no município de Primavera.....	69
Figura 20: Mapa dos limites das propostas de criação da RESEX Filhos do Mangue	70
Figura 21: Consulta Pública para a criação da REM em Quatipuru (A) e Primavera (B)	76
Figura 22: Linha do tempo do processo de criação da REM nos municípios de Quatipuru e Primavera.....	77
Figura 23: Áreas Protegidas, Títulos Minerários e Interesses Minerários do Território Nordeste I	79
Figura 24: Área circundante (raio de 10 km) da Unidade de Conservação Federal Reserva Extrativista Marinha (RESEX) de Tracuateua pelo “Projeto Primavera/Pa Votorantim”	81
Figura 25: Mapa do corredor do calcário e Títulos e Interesses Minerários no TRN1	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Reservas Extrativistas Marinhas (REM) criadas no TRN1.	50
Quadro 2: Características das pescarias mais utilizadas no município de Quatipuru e Primavera.....	58
Quadro 3: Instituições envolvidas com a criação da REM, Setor Público Estatal e Setor Público não-Estatal	64

LISTA DE ABREVIATURAS

ADA	Área Diretamente Afetada
AEXQUAT	Associação dos Extrativistas de Quatipuru
ALEPA	Assembleia Legislativa do Pará
AUREMAT	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua
CAUREM	Central das Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas do Nordeste Paraense
CIAT	Comissão de Instalação de Ações Territoriais
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EFB	Estrada de Ferro Belém – Bragança
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MPF	Ministério Público Federal
MRH	Microrregião Homogênea Bragantina

NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
PNMA	Programa Nacional do Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores
PTDRS	Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável
REM	Reserva Extrativista Marinha
RESEX	Reserva Extrativista
RI	Regiões de Integração
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TRN1	Território Rural Nordeste I
UC	Unidades de Conservação
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ZONA BRAGANTINA.....	27
1.1. A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO E AS MUDANÇAS NO PADRÃO DE OCUPAÇÃO	27
1.2. AS REGIÕES DE INTEGRAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ E A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL NORDESTE I (TRN1) COMO EXPERIÊNCIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL	35
CAPÍTULO 2: O MARCO LEGAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	39
2.1. O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC) E OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS	39
2.2. AS PRIMEIRAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS (REM) NO TERRITÓRIO RURAL NORDESTE I.....	48
2.3. O QUE JUSTIFICA A CRIAÇÃO DE UMA REM NOS MUNICÍPIOS DE PRIMAVERA E QUATIPURU?	52
CAPÍTULO 3: A (NÃO) CRIAÇÃO DA REM DE PRIMAVERA E QUATIPURU.....	63
3.1. DESCRIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDOS NA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA REM.	63
3.2. AS AÇÕES DOS ATORES	71
3.3. ELEMENTOS QUE RETARDARAM A CRIAÇÃO DA REM.....	77
3.4. PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO DA REM.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXOS	95

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surgiu no contexto das pesquisas realizadas pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Nordeste I (NEDET NE I) na Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a coordenação do professor Dr. William Santos de Assis. O NEDET NE I surgiu por meio do Projeto “Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: as experiências do Nordeste, Sul e Sudeste do Pará”, coordenado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), através do professor Me. Marcos Alexandre Pimentel da Silva, com o objetivo de implementar e manter NEDETs por meio de ações de extensão e pesquisa visando consolidar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural e da articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal (SILVA, 2013).

Atuei no NEDET NE I como Bolsista de Iniciação ao Extensionismo durante o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2016. Durante este percurso tive a oportunidade de trabalhar em dois temas relevantes. O primeiro dialoga com a expansão dos empreendimentos minerários associados à indústria de cimento, com a análise dos possíveis impactos socioambientais da expansão dessa indústria (MONTEIRO, et al. 2015). O segundo, aborda o ordenamento do território com ênfase nos desafios e oportunidades para pensar o desenvolvimento local no contexto de políticas de Estado para estes fins (VIEIRA et al. 2016) no espaço que corresponde ao Território Rural Nordeste I (TRN1). É dentro deste contexto que se insere este TCC. A escolha por se trabalhar com o TRN1 deve-se ao fato de que, a visão ampliada sobre esse recorte pensado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal expressa características essenciais para o aprofundamento sobre o tema governança territorial. Boa parte desse Território é composta por Unidades de Conservação (UC) notadamente a porção do litoral, por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 2000).

Ao mesmo tempo, em que a Amazônia tem os maiores mosaicos de Unidades de Conservação do Planeta, as pressões em prol do desenvolvimento econômico continuam avançando em forma de projetos de infraestrutura (rodovias, hidroelétricas, indústria etc.), grandes empreendimentos minerais e no fortalecimento do agronegócio baseado na pecuária,

soja, e na emergente agenda de biocombustíveis, notadamente com os plantios de dendê. O Nordeste Paraense, apesar de ser uma região de ocupação antiga, não foge as complexas e contraditórias realidades rurais na Amazônia.

O acesso e controle sobre os recursos naturais continuam a ser altamente contestados entre os principais agentes de desenvolvimento que atuam nessa região e sobre as populações locais do TRN1, sob o foco de diferentes interesses globais de conservação, e de mecanismos ligados ao modelo capitalista de acumulação. Paradoxalmente, o Brasil destaca-se tanto pelas suas propostas de conservação através de sua legislação, como pela destruição de suas florestas.

Ao final do século XX as mudanças estruturais na Amazônia tiveram grande influência na transformação do aspecto regional. Para Becker (2006), essas mudanças de estruturas podem ser identificadas, através da conectividade, industrialização, urbanização, organização da sociedade civil e malha socioambiental. A análise feita através da perspectiva da gestão do desenvolvimento ajuda a identificar os principais impactos e compreender as novas realidades no contexto amazônico, em especial à Amazônia Oriental.

Esse trabalho propõe-se a estudar a dinâmica de interesses diferenciados de desenvolvimento na região nordeste paraense, em específico no recorte espacial do TRN1, onde essas forças conflitantes interagem há mais de uma década em torno da gestão e do ordenamento territorial pela tomada de decisão dos atores sociais, econômicos e institucionais, sobre a apropriação e uso dos territórios tendo em vista estratégias de desenvolvimento antagônicas (DALLABRIDA, 2011).

Com o foco voltado para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável, o Estado brasileiro a partir de meados da década de 1990, passa por um processo de reconhecer sua heterogeneidade social, econômica e ambiental, além da ruralidade do território nacional e, sobretudo no decorrer dos anos 2000, em que introduz, pelo menos no nível de concepção e de operacionalização, novos aportes à parte das políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro.

Em 2003, o Governo Federal propôs uma política nacional de fomento ao desenvolvimento sustentável de territórios de identidades rurais através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), executada pela SDT do MDA. Após 10 anos de execução dessa política em nível nacional, um conjunto de municípios no nordeste paraense - aqui denominados de TRN1 - passam a fazer parte das

políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais por meio da Resolução nº 94 de 23 de maio de 2013 (CONDRAF, 2013).

Esta região é uma das primeiras fronteiras agrícolas da Amazônia, trazendo características bastante específicas para este trabalho. O uso e ocupação da terra modificou de forma acelerada a paisagem regional, que hoje se transformou em espaços de disputas e de interesses antagônicos. A ocupação histórica dessa região teve como forte vetor o funcionamento da Estrada de Ferro Belém – Bragança (EFB) e o processo de colonização pensado pelo Estado. Este período ficou marcado por diferentes dinâmicas, sejam elas: populacionais, econômicas e sociais na região. A atual configuração territorial expressa uma disputa que clarifica relações de poder em decorrência de diferentes usos do território. Tal configuração tem de fato chamado atenção de diversos olhares, sejam eles, do agente econômico, do agente social e do Estado quando se considera o contexto histórico de ocupação.

Um dos aspectos importantes do TRN1 é o ambiental. Parte integrante do Bioma amazônico o TRN1 apresentava originalmente a predominância das florestas do tipo ombrófila nas suas áreas de terra firme e as florestas do tipo aluviais nas áreas úmidas e inundáveis. A mudança dessa paisagem se deve em boa parte à ação da agricultura itinerante que degradou de forma acentuada as áreas tropicais, segundo Penteado (1967, p.96) “a devastação da floresta tropical pelo homem criou situação extremamente grave para a população regional”, sendo que a colonização da zona bragantina e o uso da terra se encontram como um dos principais reflexos na composição da paisagem regional atual. O processo de conversão da cobertura vegetal primária conduziu o TRN1 a uma paisagem predominantemente composta por vegetação secundária.

Nos ambientes costeiros, em específico ao norte do litoral brasileiro é onde se encontra a maior área contínua de manguezais, há no TRN1 uma parcela significativa desse tipo de vegetação, esta área se insere no maior e mais bem preservado ambiente tropical úmido do planeta, que fica ao longo da costa de manguezais do nordeste do estado do Pará onde vivem cerca de 48% da população do estado (SOUZA FILHO, 2005). Os manguezais são ecossistemas costeiros, que se caracterizam pela Formação Pioneira com Influência Fluviomarinha, esta formação situa-se principalmente nas áreas de baía, desembocadura dos rios e locais de baixa energia ambiental (SCHMIDLIN *et al*, 2005). Grande parte do litoral do TRN1 é coberta pela vegetação do tipo mangue.

O processo de industrialização do TRN1 inicia a partir da década de 1960 com a instalação da Fábrica de Cimentos CIBRASA S.A. A chegada da fábrica de cimento veio intensificar as transformações, atraindo serviços noutros inexistentes, energizando o fluxo de pessoas, produtos e atividades, modificando de forma acelerada a configuração espacial do TRN1, através dos diversos fatores de concentração e dispersão (SANTOS, 2009), que trouxeram elementos estratégicos para que algumas cidades pudessem ter papel polarizador de fundamental importância na potencialização dos novos fluxos.

Um dos fatores relevantes do processo de industrialização do TRN1 tem sido a concentração de títulos e interesses minerários, em Capanema e nos municípios de Primavera, Peixe-Boi, Bonito, Quatipuru e Nova Timboteua. Nesses municípios há intensa atividade minerária de pequena e grande escala, a territorialidade dessas pequenas empresas e indústrias de mineração no nordeste paraense está muitas das vezes ligada ao mercado da construção civil para atender uma demanda que se concentra na região metropolitana de Belém e nas regiões onde se instalam grandes empreendimentos como no sudeste do Pará (DA SILVA, 2014; ROCHA, 2013). Nesse contexto, a exploração do calcário aparece no TRN1 como o carro chefe dos processos minerais, servindo como a principal matéria prima para a produção de cimento utilizado para construção civil.

O Estado por sua vez, ofereceu condições favoráveis para que o processo de industrialização do TRN1 tivesse continuidade, atraindo novas empresas, a exemplo da Votorantim Cimentos S/A que se instalou no município de Primavera em 2016.

Forma-se então um cenário de uso e ocupação do território pelas empresas de mineração na escala que corresponde ao TRN1, este cenário contribui na análise dos prováveis impactos socioambientais, que alteram sobremaneira a dinâmica ambiental, territorial e as relações dos atores em decorrência da exploração mineral a partir da década de 1960.

Em contrapartida há no TRN1 uma configuração territorial composta por Reservas Extrativistas Marinhas, Territórios Quilombolas e por Projetos de Assentamento, que se propõem garantir o direito à terra e proteção de modos de vidas de populações tradicionais, aliados à conservação ambiental. Nesse trabalho teremos uma visão ampliada para as Reservas Extrativistas Marinhas (REM) criadas no TRN1 em especial aquelas que estão em processo de criação.

No estudo realizado pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial analisamos que no TRN1 o ordenamento territorial continua em andamento. Esse processo teve início no ano de 2002 com a criação de duas Unidades Conservação do tipo Reserva Extrativista Marinha (REM). No mesmo ano ocorreu a titulação de um Território Quilombola e de um Projeto de Assentamento. Segundo Vieira, *et. al.* (2016) em 2015 lista-se no TRN1: seis REMs sendo que quatro possuem a área total no interior do Território enquanto as outras duas apenas uma parcela da área; dois Territórios Quilombolas titulados e três Projetos de Assentamento, sendo um deles com a área total no território e as outras duas partes de sua área.

Ainda sob o olhar de Vieira *et. al.* (2016) as áreas protegidas no TRN1, representam 18% de sua área total. O reconhecimento da biodiversidade que se encontra sob o TRN1 e sua destinação às populações tradicionais que dependem dessa biodiversidade para sua reprodução social e seus modos de vida evidencia a importância da conservação dos recursos naturais e da identidade cultural que reafirmam as suas territorialidades. O debate sobre criação de REM é dinâmico e envolve diálogo de governança muitas vezes antagônica sobre o desenvolvimento local. Neste sentido, há uma mobilização para a criação de uma nova REM, nos municípios de Primavera e Quatipuru que perdura por mais de uma década, e que é foco deste trabalho.

Em um contexto de múltiplos e antagônicos interesses em torno das estratégias de desenvolvimento do TRN1 que este trabalho se ancora, trazendo reflexões sobre como os interesses são dialogados entre os diversos agentes do desenvolvimento na região, tendo como centro de análise o processo de criação de uma reserva que já dura mais de uma década, o que nos levar a realizar a pergunta central de pesquisa deste Trabalho: quais os atores e os interesses em disputa no debate em torno da criação de uma Reserva Extrativista Marinha nos municípios de Primavera e Quatipuru?

a) Objetivo Geral

- Entender as limitações políticas e operacionais que dificultaram a criação da Reserva Extrativista Marinha nos municípios de Primavera e Quatipuru.

b) Objetivos Específicos

- Descrever com base na literatura existente o processo de construção do Território Nordeste I considerando a evolução da microrregião Bragantina;
- Analisar a proposta de criação da Reserva Extrativista Marinha nos municípios de Quatipuru e Primavera e o marco legal para criação de Unidades de Conservação através do SNUC;
- Descrever e analisar a mobilização de atores locais para criação de uma Reserva Extrativista Marinha nos municípios de Primavera e Quatipuru.

c) REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico adotado destaca o conceito de *território*, como apresenta Hasbaert (2004, p.01) em seu sentido mais geral que “tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Ressalta-se que a utilização das demais categorias emanadas deste conceito é de suma importância e visa um maior aprofundamento acerca do processo de *governança territorial* que se desenha no TRN1.

Procura-se compreender o processo histórico da valorização do espaço e a formação territorial segundo Moraes (2005, p. 44) quando aponta que “a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um *território*”. Contudo, deve-se considerar a relação de uma sociedade específica com um espaço, onde se humaniza a localidade e se materializam as formas de sociabilidade, onde novas formas fixam valor ao espaço, resultado das ações sociais e das ações humanas que convertem as características naturais. Moraes ainda ressalta que (2005, p. 45) a constituição de um território é “um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade”.

Além disso, ao considerar o espaço geográfico como tema das ciências sociais, Santos e Silveira (2005), afirmam que o território em si não constitui uma categoria de análise, a categoria de análise a ser utilizada é o território usado. Essa definição deve considerar a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, da natureza, seu uso, e da ação humana.

As relações de poder podem ser entendidas a partir da concepção de Silva (2013, p. 25) quando aponta que tais relações interferem direta e indiretamente no território e se manifestam em estruturas político-econômicas a exemplo dos grupos de mineração, onde o

Estado e a sociedade civil através de relações de base material e financeira revelam interesses diversificados. O poder econômico e o poder social passam a definir práticas e gestões territoriais, que modificam a configuração territorial. Dessa forma, entendemos “território”, como espaço ocupado e transformado pelo ser humano, tomando como referência o que nos apresenta Santos e Silveira (2005) sobre o conceito de território utilizado.

Deve-se considerar no território utilizado, os fixos e os fluxos, constituídos respectivamente pela ordem pública ou social e por elementos públicos e privados. Segundo os autores “as configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 248). Os autores argumentam que a ideia de território usado pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Por meio de seu conteúdo o território tem de ser visto como algo que está em processo nas suas diferentes dimensões, pois constitui a relação entre passado e o futuro imediatos (SANTOS, 1999, p. 19).

O termo *governança territorial* tem sido adotado por diversos autores, e em diferentes áreas do conhecimento. Dallabrida (2011), num esforço em destacar discussões amplas sobre governança territorial, aponta preferencialmente para a seguinte utilização do termo “(...) para se referir às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos” (DALLABRIDA, 2011, p. 17). Dessa forma, se faz necessário segundo o autor, o envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais, considerando também o Estado nas suas instâncias municipal, estadual e federal.

A governança territorial, segundo Dallabrida, pode ser entendida a partir da concepção de uma instância institucional de exercício de poder em nível territorial, e a incidência da prática entende três tipos de processo:

(1) as estratégias de desenvolvimento territorial e a implementação das estratégias de gestão, (2) instauração de diferentes formas de concertação social para o exercício da ação coletiva, afim de construir consensos mínimos e, (3) construção de horizontes prospectivos, fomentando o futuro. (DALLABRIDA, 2011, p. 18).

O termo governança territorial passa a se assemelhar com outros termos, tais como, gestão social e gestão territorial. Na perspectiva da geografia, por exemplo:

[...] o termo gestão territorial pode ser utilizado para se referir aos processos de tomada de decisão dos atores sociais, econômicos e institucionais de um determinado âmbito espacial, sobre a apropriação e uso dos territórios tendo em vista a definição de estratégias de desenvolvimento. (DALLABRIDA, 2011, p. 19)

Para Teisserenc (2016) fatores exógenos como a globalização, exigências ambientais e as mudanças que se operam a nível de Estado contribuem para a heterogeneidade das dinâmicas territoriais. Teisserenc (2016) toma como referência particular o SNUC para apontar que houve uma aceleração de iniciativas do Estado brasileiro orientada para o desenvolvimento sustentável dos territórios, ao ressaltar que:

Considerar as exigências do desenvolvimento sustentável afeta ao mesmo tempo o conteúdo das políticas públicas, os objetivos que elas propõem e os instrumentos com os quais operam e que dizem respeito especialmente à gestão e ao desenvolvimento dos territórios. (TEISSERENC, 2016, p.35)

As UCs tornam-se instrumento da gestão e do desenvolvimento de territórios, e se caracterizam conforme a definição de áreas protegidas segundo a União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN) como “uma superfície de terra ou mar direcionada à proteção e preservação da diversidade biológica, dos recursos naturais e culturais associados, e gerenciados através de meios legais ou eficazes que dão base às comunidades” (LEA, *et al.* 2006. p.7). Pode-se considerar as unidades de conservação como áreas protegidas direcionadas às ações voltadas para o desenvolvimento sustentável:

El proceso de creación de las AP se convirtió en un motivo institucional para generar políticas públicas y de inversión económica específica para la conservación ambiental y la generación de fuentes de ingreso sustentables para las poblaciones locales. Este proceso de creación ha tenido dos impactos importantes para la población local: primero, ha permitido la construcción de procesos de gobernanza territorial local desde marcos culturales–históricos propios, pero también ha significado un cambio radical en las formas de aprovechamiento económico de los recursos naturales de la Amazonía. (ORELLANA, 2017. p. 10).

Os novos instrumentos de políticas públicas têm aberto espaços para o engajamento dos atores locais nas novas instituições que surgem por meio das Unidades de Conservação como os Conselhos Deliberativos das REMs, categoria de UC do SNUC, conforme aponta Teisserenc (2016) sob a mobilização dos atores diante das políticas direcionadas às exigências do desenvolvimento sustentável:

[...] para satisfazer as exigências do desenvolvimento sustentável, as dinâmicas territoriais acompanhadas de tais mudanças são propícias ao desenvolvimento de ações inovadoras que põem em causa o reconhecimento de novos atores locais implicados nessas dinâmicas, as alianças que esses novos atores conseguiram estabelecer, assim como a valorização de sua capacidade de iniciativas tanto individual quanto coletiva. Eis a razão pela qual esta ambientalização dos movimentos sociais, por levar em consideração as exigências do desenvolvimento sustentável, abre novas perspectivas à ação local, pois se interessa, sobretudo, pelo caráter inovador e pela maneira como os resultados dessas ações interrogam o sistema de poder local (TEISSERENC, 2016, p. 35-36).

A resposta à complexidade produzida pela diversidade e heterogeneidade de atores implicados na gestão do território e dos projetos assumidos diante da criação de uma UC busca ser explicada neste trabalho através da formação de uma *governança territorial* no TRN1, e que segundo Dallabrida (2011) o exercício de governança é realizado através de relações de poder.

Neste caminho o leitor poderá estranhar a utilização do termo *território*, que representa não só a base teórica deste trabalho, mas também a nomenclatura utilizada pelo governo federal através das políticas de desenvolvimento territorial, ao qual intitula os Territórios Rurais, principal recorte espacial desta pesquisa.

d) Metodologia

O TRN1 está localizado na mesorregião Nordeste Paraense, com uma superfície territorial de 12.931,81 Km², abrange 13 municípios Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, São João de Pirabas, Santarém Novo, Tracuateua e Viseu (Figura 01). Ao todo engloba uma população total de 423.576 habitantes, sendo que desses, 185.423 habitantes (43,78%) residem na zona rural. (IBGE, 2010).

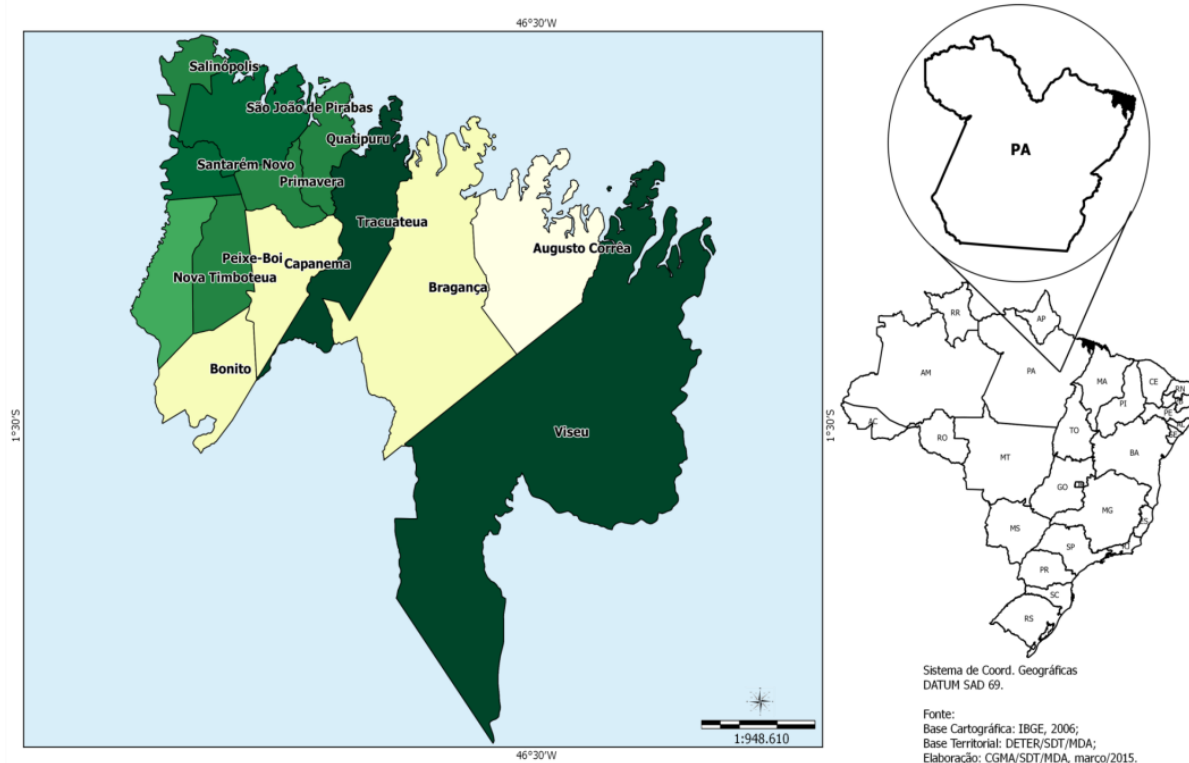


Figura 1: – Mapa de municípios do TRN1. **Fonte:** Portal dos NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (2017).

Para construir esse Trabalho de Conclusão de Curso, foram realizadas pesquisas bibliográficas através de livros e artigos de revistas científicas sobre o tema, levantamento de informações secundárias obtidas por meio de banco de dados disponibilizadas na internet e outras fontes de informações desse tipo. Os dados primários foram coletados em trabalho de campo com os atores mapeados, observação de campo, assim como dados colhidos durante as etapas do processo de criação da REM e anotações de conversas com pesquisadores e técnicos no decorrer da pesquisa.

A técnica para a coleta de dados primários se deu através de entrevista com grupos focais (BONI, 2005) que teve como objetivo principal estimular os participantes a discutir sobre assuntos referentes ao surgimento da ideia de criação de uma UC e sobre as mobilizações realizadas pelos atores durante o processo de solicitação de criação da REM¹. Os participantes foram mobilizados através de atores chaves mapeados durante a pesquisa, participando com ideias e opiniões de interesse da pesquisa.

Foram realizados três trabalhos de campo para o aprofundamento da pesquisa. 1º Trabalho de Campo: mapeamento dos principais atores, trabalho realizado nos municípios de

¹ Ver em **ANEXO B** Fotografia dos grupos focais entrevistados nos municípios de Quatipuru e Primavera.

Quatipuru e Primavera nos dias 07 e 08 de março de 2017; 2º Trabalho de Campo: Participação e acompanhamento da realização da Consulta Pública em Quatipuru e Primavera nos dias 23 e 24 de maio de 2017 e; 3º Trabalho de Campo: Realização de entrevistas com atores chaves do processo de criação da REM nos dias 27 e 28 de agosto de 2017 (ANEXO A, B e C).

Foram utilizados equipamentos como: câmera fotográfica e gravador de voz para registros em imagem e áudio das atividades desenvolvidas na pesquisa.

Para a construção dos mapas apresentado neste TCC, utilizamos o programa ARCGIS 10.1 tendo como banco de dados as plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

e) A Estrutura do TCC

Este TCC está estruturado em 5 partes, que são Introdução, Capítulo 1, Capítulo 2, Capítulo 3 e Considerações Finais. Na Introdução discutimos sobre a ideia da pesquisa e as problemáticas voltadas para sustentar as perguntas de pesquisa. Dedicamos ainda a um breve referencial teórico, voltado para o conceito território e governança territorial, como subsídios para contextualizar princípios de áreas protegidas na região, e as relações de poder e diálogos entre diversos atores para criação de território de Reserva Extrativista Marinha no TRN1. Por último, aborda-se componentes metodológicos adotados durante todo o processo de desenvolvimento da pesquisa e estruturação do Trabalho.

No capítulo 1 intitulado “Processo de Ocupação da Zona Bragantina” busca-se compreender o processo de ocupação e as mudanças no padrão de ocupação da zona bragantina até os dias atuais, destacando as principais políticas de desenvolvimento sustentável realizadas na região.

No capítulo 2 abordamos o marco legal das Unidades de Conservação, destacando a construção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a criação das primeiras Unidades de Conservação no TRN1, e apresentando os principais resultados dos estudos realizados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) nas áreas que correspondem à criação da REM. No capítulo 3 discutimos sobre o processo de (não)criação da Reserva Extrativista

Marinha dos municípios de Primavera e Quatipuru, descrevendo os atores envolvidos suas ações e alguns elementos que retardaram a criação da REM.

Encerramos o TCC com um componente de “considerações finais” onde revisitamos as problemáticas centrais da pesquisa, retomamos alguns aspectos mais relevantes do processo de mobilização e da disputa em torno da criação da REM.

CAPÍTULO I

PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ZONA BRAGANTINA

Neste capítulo busca-se compreender o processo de ocupação e as mudanças no padrão de ocupação da zona bragantina até os dias atuais, destacando as principais políticas de desenvolvimento sustentável realizadas na região pensadas a partir de um novo modelo de governança e participação social e de descentralização de políticas públicas, a exemplo das Regiões de Integração no Pará e a Política de Desenvolvimento Territorial do Governo Federal.

1.1. A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO E AS MUDANÇAS NO PADRÃO DE OCUPAÇÃO

Segundo Silva “A história da Região Bragantina confunde-se com a história da Estrada de Ferro de Bragança a Belém” (EFB), ressaltando que o crescimento cultural, econômico e social veio por meio do funcionamento da Estrada de Ferro que integrou por via terrestre grandes extensões territoriais e ligou regiões que se encontravam isoladas até seu funcionamento (SILVA, 2018. p.01).

Muitos pesquisadores utilizaram a composição original da Região Bragantina (Zona Fisiográfica Bragantina) definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como objeto de estudo até 1950 (Figura 02). Após isso o IBGE agrupou todos os municípios ligados à EFB e também os desmembrados os classificando como Microrregião Homogênea Bragantina (MRH). Em 1990 acontece uma nova configuração das MRH, da qual a MRH Bragantina perde alguns municípios. Segundo Conceição (2002, p. 137) “A nova classificação prejudicava a manifestação da unidade e da identidade social da Bragantina”. Os imigrantes europeus - em menor número - e nordestinos se destacam no processo de ocupação em vários estudos que consideram essa unidade temática, a partir deste processo houve a consolidação da ocupação que marcou na região bragantina, no nordeste paraense, a presença de uma sociedade peculiar. (CONCEIÇÃO, 2002).

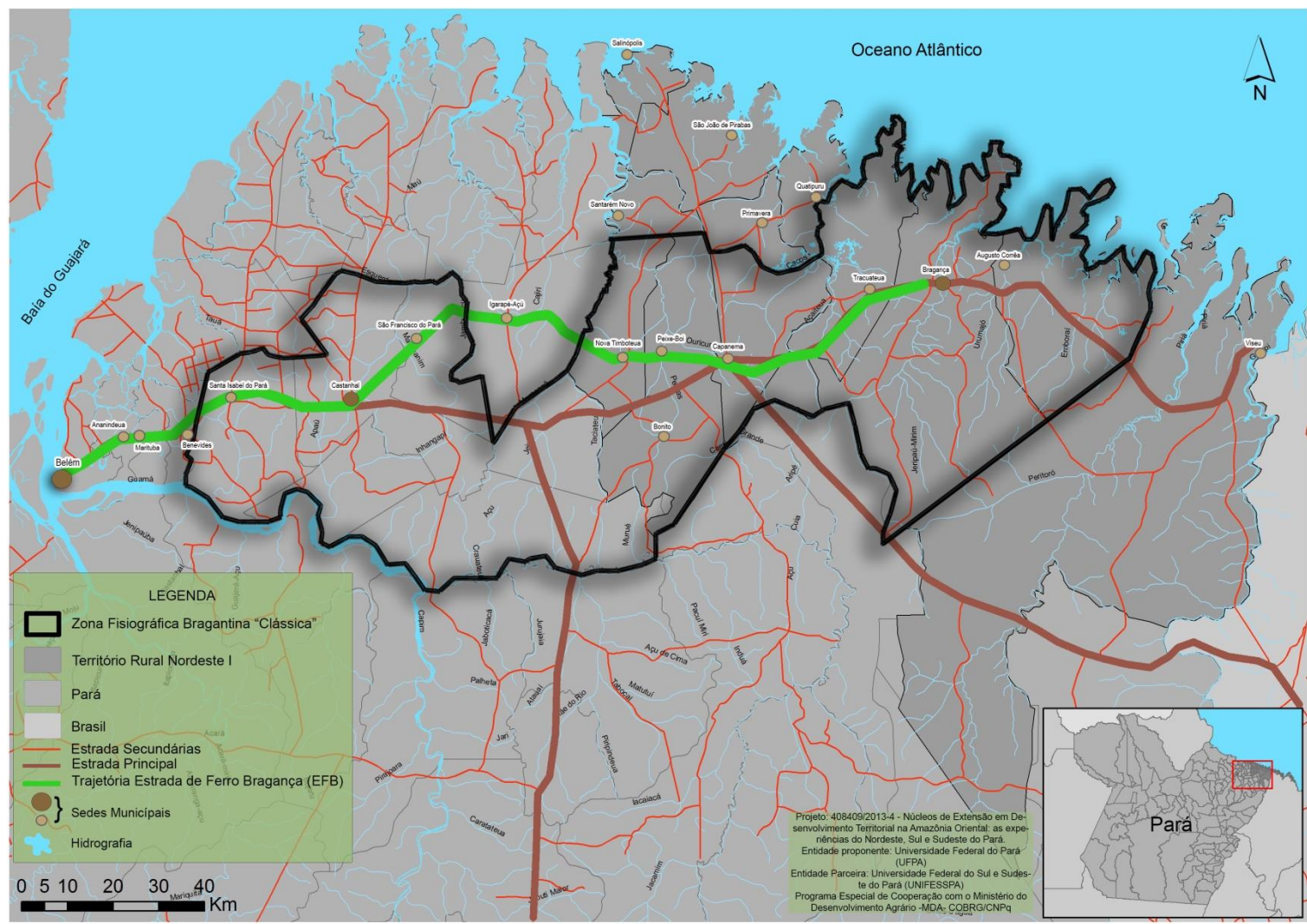


Figura 2: Mapa sobreposição da composição original da Zona Bragantina sob TRN1 Fonte: NEDET, elaboração do autor.

Para temporalizar parte desta realidade e dá destaque à região bragantina devido a sua importância como polo regional utilizamos as seguintes fases, conforme Silva (2011, *apud* ROSÁRIO, U. 2000. p.01), distingue:

- I. Fase pré-ferrovia (período de formação): um longo período que vai desde a chegada dos colonizadores em 1613, passando pelas fases da Colônia, Império e República Velha, até os primeiros anos do século XX;
- II. Fase ferroviária (período do auge e da maturação): que vai desde 1908, com a instalação da EFB, até 1966, quando foi extinta por ato do governo militar;
- III. Fase pós-ferrovia (período de mutação): início de depressão, com perdas de funções econômicas e políticas, assim como tensões e desmembramentos territoriais ligados ao município de Bragança e diferentes configurações territoriais.

Nos parágrafos que seguem apresentamos os principais pontos dessas três fases e sob as dinâmicas de povoamento, na tentativa de compreender o processo de ocupação da Zona Bragantina e a política direcionada para essa região.

“Com a Restauração portuguesa em 1640 o Reino encontrou seus domínios territoriais fragmentados, necessitando de forte centralização. Para garantir as suas posses, era necessário um processo de povoamento consolidado, no norte da América portuguesa em particular. No Grão-Pará ele teve três faces: militar, religiosa e econômica, em todas elas sendo o braço ameríndio essencial” (PELISSARO, 2017, p.2).

A ocupação portuguesa do território paraense nos séculos XVII e XVIII, assim como suas conquistas, visava consolidar o processo de povoamento e centralizar seu domínio territorial que estava fragmentado.

As estratégias militares foram fundamentais para assegurar a unidade territorial e afirmar a soberania da coroa portuguesa, estratégias essas que se materializavam através das fortificações, sem elas a missão de consolidar o povoamento seria mais árdua, pois haviam grandes ameaças advindas de interesses estrangeiros, uma ameaça à soberania.

As atividades da Companhia do Grão-Pará foram fundamentais para o crescimento econômico, mas não só, pois houve também um crescimento social e demográfico. A base econômica da Capitania estava atrelada ao ciclo das “drogas do sertão”, com forte apoio dos aldeamentos efetivados pelas missões religiosas e o apresamento de índigenas que

trabalhavam na coleta dos produtos. Embora não houvesse investimento necessário da metrópole, foi feita uma grande corrida para transformar os aldeamentos em vilas. As estratégias geopolíticas serviram para dar mais autonomia para o território e uma interdependência da metrópole. A partir desse contexto houve uma maior concentração das atividades econômicas em Belém (PELISSARO, 2017)

Nesse contexto, para entendermos o recorte municipal do estado do Pará, faz-se necessário contextualizar as estratégias do processo de ocupação orientada para a região amazônica. Temos, portanto, no séc. XVII as estratégias militares que tinham por finalidade ocupar a embocadura do rio Amazonas através das fortificações e fortalecer a disputa pelo domínio do território das drogas do sertão, período da fundação de Belém em 1616 e da criação de unidades político administrativas, a exemplo do estado do Maranhão e Grão-Pará.

Na época de transformação do Maranhão e Grão-Pará em Estado independente, Francisco Coelho de Carvalho torna-se seu primeiro governador. Em sua passagem pelo Pará em 1627, estabelece um povoamento nas proximidades do rio Gurupi nomeado Vera Cruz do Gurupi, o qual posteriormente resolve transformar em Capitania do Gurupi e doar ao seu filho Feliciano Coelho de Carvalho. Entretanto, devido à inviabilidade de doação deste território pelo rei Felipe III, Álvaro de Souza - o legítimo herdeiro das terras - toma posse do território. A então Capitania do Gurupi torna-se Capitania de Caeté (WESLEY, 1990).

Ainda no séc. XVII alguns povoados passam a condição de vila e capitania: temos nesse período vila de Cameté em 1633, a vila de Macapá que se chamava Capitania do Cabo Norte e Bragança como a quarta vila fundada no território paraense.

As missões do séc. XVIII possibilitaram a ocupação do interior, nas várias resoluções que foram estabelecidas pelo diretório pombalino transformando as missões em vilas, algumas delas foram: Óbidos, Oeiras e Portel. A partir da criação dessas vilas se configura um novo sistema de controle territorial. Considera-se que o período do Diretório Pombalino estabelecia um padrão de ocupação influenciado diretamente por áreas adjacentes aos grandes rios da região e seus afluentes, “rio-várzea”. (TAVARES, 2008, p.12).

Para uma contextualização mais apurada, foi até a década de 1960 que as populações amazônicas se organizaram territorialmente em torno dos rios (ÉGLER, 1961; op. cit., 2012). No estado do Pará a ocupação espacial se deu inicialmente via calha dos rios Amazonas, Tocantins, Xingu e Tapajós nas mesorregiões do Baixo Amazonas e Médio Tocantins (região

de influência de Marabá), o controle sobre o território, a produção, a circulação e a população eram alicerçados por uma estrutura de poder oligárquico.

A navegação do rio Guamá trouxe uma penetração do povoamento ao seu longo com o surgimento de núcleos como São Miguel e Ourém, desta forma podia se alcançar as cabeceiras do rio Caeté até Bragança. Além dessa via de penetração do povoamento entre Belém e Bragança a via marítima foi de importância crucial, ainda que fosse demorada e arriscada; dela surgiram pequenos núcleos, como: Quatipuru, Salinas, São João de Pirabas, Maracanã, Curuçá, São Caetano de Odivelas, Marapanim, Vigia e Pinheiro.

A exploração da borracha possibilitou diferentes dinâmicas no século XIX que indica uma transição no padrão de ocupação rio-várzea para o padrão terra-firme, conforme aponta Andrade (2011), sobre o sistema de povoamento da região que obedeceu a duas dinâmicas distintas: uma que se estabeleceu ao longo das margens dos grandes rios (1890-1920), e outra que foi fortemente influenciada pelas estradas (1920-1970). A exploração da borracha integrou a região ao mercado internacional, e Belém desempenhava um papel central na estrutura socioeconômica regional. Havia então um padrão de ocupação distribuída às margens dos rios, estando em torno da borracha o mais importante fluxo de povoamento da Amazônia. Os governantes da época, no entanto, deram atenção diferenciada à região nordeste do estado como afirma Gonçalves (2012):

[...] todo um projeto de colonização foi desencadeado com migrantes nordestinos e com base na produção familiar e com resultados historicamente favoráveis, não só por ter permitido o abastecimento de Belém, como também por garantir a ocupação, durante mais de um século daquela região (GONÇALVES, 2012, p. 90).

No nordeste paraense a dinâmica da borracha possibilitou a criação da Estrada de Ferro Belém Bragança EFB, com as colônias agrícolas configurando a formação e concentração de novos municípios e a formação territorial do espaço.

Em consonância com Silva (2018, p. 5), antes da implantação da EFB, em 1908, as relações com Belém e São Luís eram realizadas através de viagens marítimas, demoradas e perigosas; ou então pela via do Guamá até Belém. Esses trajetos foram posteriormente realizados pela Companhia Costeira do Maranhão, permitindo a criação de uma sociedade estável em Bragança devido às relações comerciais com a capital do estado do Maranhão. Faz-se necessário, contudo, compreender as motivações que conduziram a construção da EFB.

Os motivos que conduziram Mendonça Furtado a realizar as modificações já mencionadas durante o Ciclo Pombalino na Capitania do Caeté podem ser verificados em Conceição (1990):

Em finais do século XIX parece evidente na política de colonização da Bragantina, a previsão do agricultor familiar, enquanto perfil a ser preenchido. Sem destinatário certo, a política volta-se para um perfil onde as características podem ser extraídas com clareza: colonos, preferentemente imigrantes europeus, com suas famílias, para viverem e produzirem alimentos em lotes de 25 ha, com base em agricultura menos rudimentar que praticada na Amazônia de então e que atendesse o abastecimento de Belém. (CONCEIÇÃO, 1990, p. 20).

A colonização da região além de garantir a posse do território, permitiu abastecer Belém que desde o período colonial envolvia-se completamente com a função de entreposto comercial da região amazônica, exportando produtos nativos e importando bens de consumo e artefatos em geral (CONCEIÇÃO 1990, p. 21). A construção, portanto, da EFB facilitaria o abastecimento da capital.

O projeto de colonização da Bragantina foi um processo diferenciado no que tange a distribuição de terras e a migração estrangeira e nordestina para a região. Com objetivo imediato de abastecimento da capital Belém e dos seringais distantes dessa região a colonização da Bragantina tornou-se uma experiência social e histórica que perdurou por bastante tempo. As políticas públicas da Província e do Pará deram base para a agricultura, e o processo de colonização foi pensado inicialmente para atrair famílias europeias (PENTEADO, 1967). A construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) (1883 – 1965) só foi possível devido à grande riqueza que advinha da exploração da borracha no Pará, portanto, tal empenho na execução da política de colonização da Bragantina constituiu-se em um processo histórico que não se repetiu. Com destaque na história regional e contraponto ao modo de produção extrativista “[...] a política de colonização da Bragantina, que teve início em 1875 e permaneceu em implantação até o governo de intervenção de Magalhães Barata. (1930-1937)” (CONCEIÇÃO, *et al* 2002, p. 135) foi alvo de discussões permanentes na vida da política da Província do Pará.

A construção da EFB favoreceu, sobremaneira, a política de colonização da região; neste período foram instalados vários núcleos distribuídos em lotes de terras, assim como insumos agrícolas, equipamentos e incentivos financeiros aos agricultores da região. Vilas, cidades e zonas agrícolas surgem e se distribuem em três grupos: porção Ocidental, Central e

Oriental, dessa forma se distribuía geograficamente os loteamentos agrícolas (PENTEADO, 1967).

No que tange a participação dos imigrantes e o trajeto da EFB a relação foi fator dinamizador dos assentamentos nos Núcleos Coloniais da política de colonização da zona bragantina, a EFB servia de referência aos povoados e vilas que se situavam em sua margem, devido aos costumes que foram sendo adquiridos por conta da localização das estações do trem, das paradas e outras estruturas que serviam de suporte para o escoamento da produção agrícola e transporte de pessoas.

A partir dos anos 30 do século passado há um processo de municipalização originária de povoados fundados na EFB. Santa Izabel do Pará, Castanhal, Ananindeua, São Francisco do Pará, Inhangapi e Nova Timboteua, municípios que surgem de povoados ligados à Estrada de Ferro. Outro município criado ao longo da Estrada de Ferro em 1906 foi Igarapé-Açu (TAVARES 2008). Nota-se nos dias atuais que o trajeto da EFB deixou marcas, tanto na paisagem como nos aspectos socioculturais dos municípios do nordeste paraense por onde perpassou por muitos anos. Para Conceição, *et al.* (2002 p.138-139) “Os Núcleos Coloniais dinamizaram a ocupação e asseguraram o crescimento na região Bragantina entre 1875 a 1914 anos respectivos da fundação da primeira e última colônia. A base de sustentação das colônias foi de agricultores familiares.”

Com uma economia baseada na exploração de produtos florestais e na presença de uma zona agrícola de proporção singular a Bragantina se destacou devido a ampla importância econômica. As culturas de subsistência praticadas de forma associada tanto nas áreas de cultivo e de produção tinham como destaque a mandioca, o arroz e o milho, esses produtos abasteciam tanto a região como a capital (PENTEADO, 1967). A principal via de escoamento era a EFB, portanto com sua desativação em 1965, e a modernização do transporte, a agricultura perde o destaque na economia, pois o processo de desativação foi posto em prática de forma repentina e muito rápido. “Se, em finais do século XIX, o transporte ferroviário foi considerado moderno, em meados do século XX, no Brasil, o transporte rodoviário é que assumiu essa característica, em detrimento dessas ferrovias e hidrovias” (CONCEIÇÃO, *et al.* p.148).

O município de Capanema torna-se polo regional, assim como Bragança, com 16 municípios localizados no seu entorno que dependem do seu expressivo comércio e de sua estrutura de serviços, com uma economia baseada exclusivamente no comércio e na indústria

CIBRASA. Outro exemplo característico da implantação das rodovias é o município de Castanhal que nasceu sob a dinâmica da EFB a partir do núcleo do Apeú de onde a cidade se desenvolveu.

Hoje o território apresenta uma densa malha rodoviária, tendo como eixos principais as rodovias BR-316 (Pará-Maranhão), BR-010 (Belém-Brasília), BR-222 e eixos secundários, com várias rodovias estaduais, como a PA-252, PA-253, PA-140, dentre outras. Até a década de 60 do século XX, período que antecede a intervenção federal do estado do Pará, a ocorrência das vias de rodagem foi premissa para mais reestruturação no padrão de ocupação e produção do território, principalmente com atividades mineradora, realidade esta não restrita à região bragantina, mas também nas regiões amazônicas onde posteriormente houve intervenção estatal com impactos diretos nos municípios, nos processos urbanos e na área de influência dos empreendimentos das rodovias, entendido como “estrada-terra firme-subsolo” (GONÇALVES, 2012).

São evidentes as reverberações nos municípios da região bragantina em função dos empreendimentos que viabilizavam a circulação dos fluxos do capital, a alteração no padrão de ocupação agora atenderia a novas necessidades de exploração; o escoamento da produção mineral e agrícola da região. Ainda ao que se refere este período, a partir da década de 60 com a implantação do “Plano de Desenvolvimento da Amazônia”, houve uma política de incentivos ao setor pesqueiro que propiciou e acelerou acentuadamente os entraves entre pescadores profissionais e pescadores artesanais em virtude das diferenças no acesso aos incentivos e, por consequência, uma significativa variação de produção entre pescadores empresariais e artesanais.

A participação do Estado em vista dos investimentos direcionados a essa região perpassa um longo contexto histórico como abordado anteriormente e teve forte poder de influência na economia da região bragantina; as ações modificaram e interferiram nas políticas protecionistas que sustentavam as velhas oligarquias regionais, redirecionando o padrão vigente na organização socioespacial.

As reconfigurações espaciais antes e depois da Estrada de Ferro de Bragança, expressa que em todos os municípios onde a estrada de ferro passou deixou como herança uma rota turística que destaca o grande valor que foi o período de seu funcionamento. Certamente a EFB serviu de base para que os novos aspectos socioeconômicos atrelados à modernidade da implantação das rodovias após a sua desativação trouxeram dinâmicas

distintas dentro de cada contexto para a região e na atualidade essas novas realidades são de suma importância dentro de uma concepção geográfica para a análise das políticas públicas mais recentes no TRN1

1.2. AS REGIÕES DE INTEGRAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ E A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL NORDESTE I (TRN1) COMO EXPERIÊNCIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL.

Em 2007, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo do Estado do Pará, iniciou-se um amplo trabalho para aproximar as estruturas administrativas e os fluxos de gestão às demandas e às necessidades populares em diversas regiões do estado, respeitando as peculiaridades regionais (COSTA, 2011). Prova disso é a criação das Regiões de Integração, que possibilitou a implementação das políticas de planejamento regional do estado.

O Governo do Estado realizou uma divisão regional em 12 Regiões de Integração (RI): Metropolitana, Guamá, Rio Caeté, Tocantins, Rio Capim, Lago de Tucuruí, Carajás, Araguaia, Marajó, Xingu, Baixo Amazonas e Tapajós (COSTA, 2011. p. 405), os critérios utilizados para essa divisão consideravam a situação política, econômica, populacional dos municípios integrantes das regiões, agrupando aqueles com características aproximadas ou de um mesmo nível, como sugere o Decreto de Nº 1.066, de 19 de junho de 2008:

Art. 1º A regionalização do estado do Pará tem como objetivo definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais.

As divisões regionais utilizadas pelo IBGE já não representavam um recorte adequado para a implementação das políticas de planejamento regional do Governo do Estado, nesse novo espaço de intervenção do Governo fazia-se indispensável a análise das especificidades econômicas, ambientais, sociais e institucionais das RI para a implementação da política.

Com isso o Governo inicia um processo de descentralização como opção a gestão regional, onde os desafios postos foram tornar o Estado mais presente nas regiões mais distantes da Região Metropolitana, e fazer com que as políticas públicas do Estado tivessem mais eficiência e eficácia na execução de suas ações. Essa política tinha em vista realizar uma

mudança no modelo de gestão setorial para um novo modelo territorial, na busca de complementariedade e integração de ações (COSTA, 2011. p.401).

A proposta de descentralização das ações do governo e de políticas públicas foi eleita como peça central de gestão arraigada em um campo democrático e popular, destarte, foi com o processo de regionalização que essa agenda ganhou relevância política e administrativa até o ano de 2011. Com a mudança de governo esse processo não teve continuidade e a execução dessa política não seguiu as estratégias ora planejada e construída com a participação da sociedade em conjunto com o poder público. Essa política de desenvolvimento territorial estagnou, embora o recorte regional tenha permanecido e continue sendo utilizado pelo governo atual.

Outra experiência de descentralização de políticas públicas foi a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Segundo Geraldi (2012, p. 161) a implantação da Política de Desenvolvimento Territorial “pode ser considerada parte de dois governos nacionais distintos – Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, e Lula, de 2003 a 2010”, mas é a partir de 2004 que o governo toma a decisão em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável considerando a abordagem territorial. O documento *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural no Brasil* (2005) indica essa decisão. A partir disso foi criada a SDT como parte do MDA e formulado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), parte integrante do Plano Plurianual do Brasil 2004-2007 do Governo Federal. A ideia do PRONAT foi desenvolver o processo de criação e implantação de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), a partir da implantação do programa foram definidos os territórios que seriam beneficiários da política pública. A política pública para o desenvolvimento rural incorporou até 2008 cerca de 164 territórios rurais como parte da agenda social do Governo, que viria a ser conhecida como Programa Territórios da Cidadania a partir de 2008 (OLIVEIRA, 2009). Ao todo no Pará existem 10 territórios, sendo que 2 são Territórios Rurais (29 municípios) e 8 Territórios da Cidadania (104 municípios) (MDA).

Segundo a SDT o Território Rural:

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, em que se pode distinguir um ou mais elementos que

indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (BRASIL, 2003. p. 34).

Além disso, o território não se limita a uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa, traçada de forma mais ou menos arbitrária ou como reflexo de interesses políticos, mas só existe enquanto articulação e relação com outros espaços ou formações socioculturais (BUARQUE, *apud* MDA, 2005, p. 11, b).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2014) foram apoiados até o ano de 2014, 239 territórios rurais abrangendo 3.568 municípios (64% do total do país) reunindo mais de 76 milhões de habitantes. O Território Rural Nordeste I (TRN1) foi homologado em 2013 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (resolução do CONDRAF nº94/2013), passando a fazer parte dos 239 territórios rurais abrangidos pela política.

Com a criação do TRN1, iniciou o processo de institucionalização do Território que passou por um longo processo de reuniões através da Comissão de Instalação de Ações Territoriais (CIAT) até a institucionalização do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural (CODETER) do Nordeste I em 2014. O processo de institucionalização, assessoramento e acompanhamento do CODETER teve o apoio técnico através da aproximação de Instituições de Ensino Superior, tendo em vista a implementação das políticas públicas via ações de extensão e pesquisa universitária através do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do NE I (NEDET NE I), acompanhou todo o processo de institucionalização do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Nordeste I (CODETER NE I).

A partir dessa mobilização o CODETER passou a possuir uma estrutura de gestão social composta por 60 instituições sendo dessas 34 da sociedade civil e 26 do poder público. O CODETER passou a ser gerenciado por um Núcleo Diretivo, composto por 8 instituições públicas e sociais eleitas: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Regional Capanema, Agência de defesa Agropecuária do Pará – Regional Capanema), Prefeitura de Nova Timboteua, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará – Regional Capanema), Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense, Grupo de Trabalho Amazônico, Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés e Associação dos Criadores Orgânicos de Abelhas de Tracuateua.

Em 2015 na III Plenária Territorial do TRN1 realizada no município de Augusto Corrêa foram inseridos no CODETER 9 instituições da sociedade civil, muitas delas relacionadas às Reservas Extrativistas criadas no TRN1, como: i. Central das Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas do Nordeste Paraense (CAUREM); ii. Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú; iii. Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Viseu, Gurupi Piriá; iv. Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (AUREMAT) e; v. Associação dos Extrativistas e Agricultores Familiares de Quatipuru (AEXQUAT);

Durante a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do TRN1, dentro do eixo de prioridade Ambiental foram pontuadas algumas ações estratégicas que foram apresentadas e aprovadas em plenário, a exemplo da Efetivação das Unidades de Conservação no Território Rural Nordeste I, visando: acompanhar a criação, implementação e qualificação dos planos de manejo das REMs no território e apoiar junto às REMs do território a implementação e qualificação do programa bolsa verde sob a responsabilidade do CODETER/NE1, ICMBio e MMA.

Após o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, houve uma reformulação ministerial pelo novo governo, a qual extinguiu o MDA, criando a Secretaria de Desenvolvimento Agrário; este fato interrompeu a política territorial e agravou de certo modo, o funcionamento dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial, no TRN1; por exemplo, o CODETER está paralisado, reflexo da mudança na política atual.

CAPÍTULO 2

O MARCO LEGAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

No Capítulo 2 abordamos o Marco Legal das Unidades de Conservação, destacando a construção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a criação das primeiras Unidades de Conservação no TRN1, e apresentando os principais resultados dos estudos realizados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi nas áreas que correspondem à criação da REM (Reserva Extrativista Marinha).

2.1. O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC) E OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS

A relação homem-natureza há muito produz o espaço geográfico. A preocupação relacionada ao meio ambiente, à gestão dos recursos naturais e à conservação dos ecossistemas tem sido objeto de preocupação desde o advento da revolução industrial. Tanto o desenvolvimento econômico como o desenfreado aumento demográfico mundial que resultou numa crescente e acelerada degradação ambiental, reflexo dos impactos advindos da evolução urbano-industrial e da devastação das florestas. É nesse cenário que ganha força a ideia de criação de áreas protegidas que se coloca como uma das principais estratégias para a preservação da natureza desde meados do século XIX (CAVALCANTE, 2010). Neste contexto, a criação de aparatos legais destinados ao controle de atividades predatórias e para a criação de áreas protegidas forma uma importante estratégia para a manutenção da qualidade ambiental, onde podemos apontar como exemplo a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA, em 1872, onde se inicia o processo de institucionalização de áreas destinadas à proteção da natureza, abrindo arenas importantes para a discussão do tema no âmbito mundial.

No Brasil a preocupação voltada para a criação de áreas de proteção ambiental só vem acontecer tardiamente (CAVALCANTE, 2010) com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no final da década de 1990. Porém, embora o que se convencionou achar como sendo momento inicial do debate, já se apontava na história do pensamento

brasileiro segundo Pádua (2002, p.10): “a existência de uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural por parte de pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888”. No que concerne às perspectivas objetivas para criação de Unidades de Conservação, a instituição do Código Florestal (BRASIL, 1934), em 1934, e a criação do Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro (BRASIL, 1937) podem ser consideradas como o marco inicial da preocupação ambiental no Brasil (SERRANO *apud* CAVALCANTE, 2010; SCHENINI *et al.*, 2004).

A inquietação da comunidade internacional com a rápida perda da biodiversidade em todas as regiões do planeta, principalmente nos trópicos, foi uma das razões apontadas pelo expressivo aumento do número de áreas naturais protegidas, principalmente em países em desenvolvimento (GHIMIRE *apud* BRITO, 2000). Durante este período ocorreu a Conferência da Biosfera em 1968 que tratou do uso e conservação racional da biosfera, incluindo os efeitos da poluição do ar e da água, o excesso de monoculturas, o desmatamento e a drenagem de áreas inundadas. Coube à Conferência convencer as nações menos desenvolvidas da necessidade da conservação. No ano de 1972 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que foi realizada em Estocolmo capital da Suécia. Essa Conferência foi um dos marcos fundamentais para o desdobramento do desenvolvimento ambientalista mundial (BRITO, 2000). A Conferência de Estocolmo trouxe resultados imediatos, a exemplo da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Foi a partir da segunda metade do século XX que surgiu no bojo dos estudos da Organização das Nações Unidas sobre mudanças climáticas o termo “desenvolvimento sustentável”. O conceito surge devido à crise ambiental e social pela qual o mundo passava. No processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas (Rio 92) foi produzido através de uma comissão (Comissão de Brundtland) um relatório coordenado pela médica norueguesa Gro Haalen Brundtland, que ficou mais conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Esse relatório reuniu informações de análises e pesquisas colhidas ao longo de três anos com destaque para as questões sociais, o uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários e da administração do crescimento urbano (BARBOSA, 2008).

Pereira (1999 *apud* HASSLER, 2005, p.5) classifica a criação de Unidades de Conservação de uso indireto no Brasil em quatro etapas: a primeira 1937-1939 que marca a

criação do primeiro parque nacional; a segunda 1959-1970 marcada pela transferência da capital nacional para o centro-oeste e pela política desenvolvimentista voltada para a região amazônica; a terceira etapa corresponde ao período de 1971-1974 e o estabelecimento Política Brasileira de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes e a quarta etapa que inicia em 1979 até os dias atuais, quando foram criadas áreas de proteção ambiental e estações ecológicas. Afirma Hassler (2005, p.5) que: “Até a década de setenta, o país não possuía uma estratégia nacional global para selecionar e planejar Unidades de Conservação”.

Resumidamente, no Brasil existiam dois sistemas paralelos de definição de áreas protegidas, um estava ligado ao Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF) e o outro sistema surgiu em 1973 com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), esses dois sistemas eram os responsáveis pela criação, implementação e definição de áreas protegidas em diferentes categorias. Em 1989 a administração das Unidades de Conservação (UCs) foi transferida para o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o IBDF deixou de existir.

Considerando o retrospecto do debate mundial sobre o meio ambiente, se inicia no Brasil as primeiras discussões indicando as áreas prioritárias para a conservação com o início da elaboração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) na década de 1970. Em 1982 foi elaborada a segunda etapa do SNUC (SERRANO; AMARAL *apud* CAVALCANTE, 2010). Prova disso foi a publicação do primeiro documento que contemplou critérios científicos, técnicos e políticos para indicação de um sistema de unidades de conservação no Brasil, esse documento deu suporte para a preparação da primeira e segunda versão do Plano de Sistemas de Unidades de Conservação no Brasil, e foi publicado em 1976, com o título “Uma Análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia” (WETTERBERG, 1976). Os objetivos do Plano nas suas duas etapas foram:

- i) escolher, através de critérios técnico-científicos, e inventariar a nível nacional as áreas de potencial interesse, como unidades de conservação; ii) identificar as lacunas e áreas protegidas de maior importância do atual sistema; iii) estabelecer critérios técnico-científicos significativos das áreas a incluir no sistema; iv) rever a conceituação geral, designadamente no que toca a objetivos de manejo, precisando-os e aumentando-os, se aconselhável; v) propor as ações prioritárias para o estabelecimento, planificação, manejo e administração desse Sistema (PÁDUA, 1978 *apud* SCHENINI *et al.*, 2004. p. 03).

Segundo Schenini (2004, p.3) ao final da década de 70 e início da década de 80 numerosas áreas foram estabelecidas em decorrência das duas etapas do Plano atingindo cerca de 8.820.000ha de Parques Nacionais e 2.360.000 de Reservas Biológicas.

O Anteprojeto de Lei do SNUC foi criado através de uma solicitação de revisão do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil pelo Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) com objetivo de estabelecer:

[...] critérios e normas para a criação e implantação de UC, destacando as seguintes fases: i) Revisão da situação conceitual e legal das Unidades de Conservação; ii) Análise da representatividade do atual sistema, em termos de ecossistemas protegidos, e iii) Elaboração de diretrizes e estratégias para a efetiva implementação do novo sistema (SCHENINI et al, 2004. p. 03).

Em 1989 o Anteprojeto é entregue ao IBAMA respaldado por um protocolo de intenções assinado pelos extintos IDBF e SEMA com a Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) para dar respaldo legal ao novo sistema em 1988, tal Anteprojeto propunha as seguintes categorias de manejo:

i) Como Unidades de Conservação Integral: Reserva Ecológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre; ii) Como Unidades de Manejo Provisório: Reserva de Recursos Naturais e iii) Como Unidades de Manejo Sustentável: Reserva de Fauna, Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional e Reserva Extrativista (SCHENINI *et al.*, 2004. p. 03).

Após mais de 8 anos de estudos, recomendações e tramitações no Congresso Nacional, a proposta foi aprovada em 1999 pela câmara dos deputados e sancionada em 2000 (HASSLER, 2005). A partir da promulgação da Lei 9.985 (BRASIL, 2000) que institui o SNUC, vários critérios e normas foram definidos, tendo em vista o correto estabelecimento e gestão das unidades de conservação, assim como auxiliar o ordenamento das diversas leis dispostas sobre as categorias de manejo e as normas para o estabelecimento e gestão das áreas protegidas (SCHENINI *et al.*, 2004).

Após 10 anos da promulgação da Lei, o SNUC já era visto como:

[...] um dos modelos mais sofisticados do mundo em matéria de conservação da natureza. Considerado uma conquista da legislação ambiental brasileira, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, representou avanços nas diretrizes e procedimentos para criação, implantação e gestão de unidades de conservação das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e das

áreas particulares destinadas à conservação, reconhecidas pelo poder público (MEDEIROS; ARAÚJO, 2011, p. 05).

Segundo Medeiros e Araújo (2011, p. 09) em 10 anos de criação o SNUC teve uma grande expansão dentro das três esferas governamentais (esferas federal, estadual e municipal), podendo dizer que as inovações ocorridas com a Lei contribuíram e ordenaram essa expansão. Na Figura 3 abaixo podemos notar essa evolução no espaço de tempo de 10 anos, o que conforma uma expansão de 120%, segundo os autores, da área total de Unidades de Conservação.

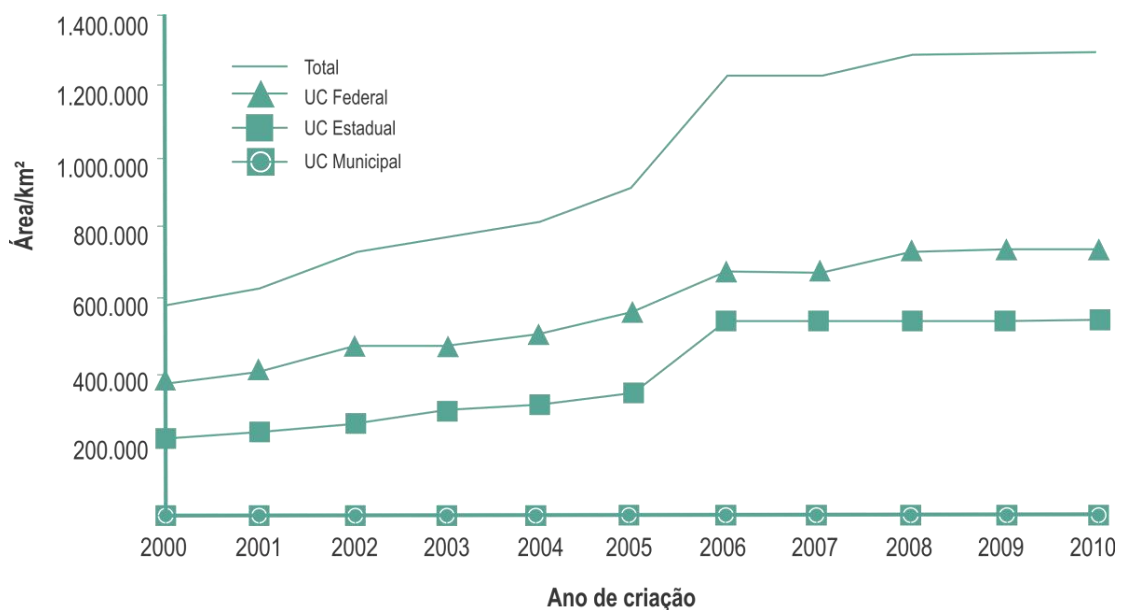


Figura 3: Gráfico de Expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza desde a promulgação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e a contribuição de cada esfera de governo no incremento dessa área. **Fonte:** (MEDEIROS E ARAÚJO, 2011, p. 10) Adaptação do autor.

Segundo dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do MMA hoje o Brasil possui 63 UC municipais, muito pouco se comparado às 310 áreas federais e às 410 estaduais.²

Visto isso, se faz necessário apontar os pontos cruciais da visão sistêmica que aborda a Lei, assim como o planejamento e a criação de novas Unidades de Conservação a partir do SNUC, em especial na Amazônia Oriental. Nessa perspectiva, as UCs são definidas no SNUC como um:

² Fonte: < <http://www.mma.gov.br/informma/item/6840-mma-lanca-roteiro-para-criacao-de-unidades-de-conservacao-municipais>> Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2011, p. 05; SNUC, 2000. Artº 2. I.).

O artigo 2º da Lei 9.985 (BRASIL, 2011, p. 05; SNUC, 2000) ainda define os seguintes conceitos: conservação da natureza, diversidade biológica, recursos ambientais, preservação, proteção integral, conservação *in situ*, manejo, uso indireto, uso direto, uso sustentável, extrativismo, recuperação, restauração, zoneamento, plano de manejo, zona de amortecimento e corredores ecológicos; demonstra com clareza a finalidade da Lei. O SNUC apresenta os seguintes objetivos:

- I - Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
 - II - Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
 - III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
 - IV - Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
 - V - Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
 - VI - Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
 - VII - Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
 - VIII - Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
 - IX - Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
 - X - Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
 - XI - Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
 - XII - Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
 - XIII - Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.
- (BRASIL, 2011, p. 07; SNUC, 2000. Artº 4º.)

Esses objetivos são regidos por um conjunto de diretrizes, como por exemplo: assegurar a representação de mostras significativas e ecologicamente viáveis das populações, dos ecossistemas, das águas jurisdicionais como salvaguarda do patrimônio biológico existente; assegurar mecanismos e procedimentos que envolva a sociedade, assim como a participação e gestão das populações locais na gestão e criação de UC; buscar apoio de diversas instituições sejam elas ONGs, organizações privadas ou pessoa física; incentivar as organizações a administrar as UC; assegurar a sustentabilidade econômica das unidades; assegurar que o processo de criação e gestão de UC sejam feitos em conjunto com políticas de

administração de terras e água, considerando as necessidades socioeconômicas locais; garantir às populações tradicionais sua subsistência, garantir uma administração adequada e; proteger grandes áreas através das diferentes categorias de UC visando a preservação da natureza, usos sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas (BRASIL, 2011, p. 07-08; SNUC, 2000. Artº 5º.)

O SNUC estabelece também os órgãos responsáveis por sua gestão divididos em três partes com diferentes atribuições, os órgãos consultivo e deliberativo, central e executivo, conforme a Figura 04 abaixo:



Figura 4: Gestão do SNUC e suas atribuições. **Fonte:** BRASIL, 2011, adaptado pelo autor

O Capítulo III da Lei 9.985/2000 define as categorias de Unidades de Conservação que se dividem em dois grupos com características específicas que são: **Unidades de Proteção Integral** e **Unidades de Uso Sustentável**; respectivamente, os objetivos de cada categoria são: i) preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei e, ii) compatibilizar a preservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Caracteriza-se como *uso direto* o que envolve a coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais e como *uso indireto* o que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais, a LEI apresenta ainda como *uso sustentável* a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos naturais renováveis e dos processos ecológicos, visando manter a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, que sejam socialmente justos e economicamente viáveis. A Figura 05 apresenta as diferentes categorias dos dois grupos de

UCs que integram o SNUC (BRASIL, 2011, p. 09-14; SNUC, 2000). Sendo assim, podemos dizer que Reserva Extrativista é uma Unidade de Proteção de Uso Sustentável que pode ser:

[...] utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2011, p 12-13; SNUC, 2000, Cap. III, Art. 18)



Figura 5: Organograma dos tipos de Unidades de Conservação por categoria de Proteção Integral e Uso Sustentável. **Fonte:** BRASIL, 2011. Elaboração do autor

As Reservas Extrativistas são de domínio público, e seu uso é concedido às populações extrativistas tradicionais, sendo que a posse e o uso da área ocupada são reguladas por contrato, sendo obrigação de essas populações participarem da preservação, recuperação, defesa e manutenção da UC, devendo seguir normas, como: i) proibição de uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem seus *habitats*; ii) proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas e; iii) seguir as normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da RESEX e no contrato de concessão de direito de uso (BRASIL, 2011, p 15-16; SNUC, 2000, Cap. IV, Art. 23). A gestão da Reserva Extrativista deve ser regida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável pela administração da Unidade e composto por órgãos públicos, de organização da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área. O uso da área deve ser regido por um Plano de Manejo que terá que ser aprovado pelo Conselho Deliberativo, sendo proibida a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional. Explorações comerciais de recursos madeireiros só serão admitidas em bases

sustentáveis e conforme o disposto no regulamento e Plano de Manejo da UC (BRASIL, 2011, p 12-13; SNUC, 2000, Cap. III, Art. 18).

O Capítulo IV da Lei 9.985/2000 trata sobre a criação, implantação e gestão das UC que são criadas por ato do Poder Público. A criação de uma UC, a exemplo de uma Reserva Extrativista deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública, tendo em vista identificar a localização, a dimensão e os limites adequados para a unidade. Nesse processo o poder público fica obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local. No caso das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável a posse e uso das áreas ocupadas por populações tradicionais serão reguladas por contrato, seguindo o regulamento do SNUC (BRASIL, 2011, p. 15; SNUC, cap. IV, Lei 9.985/2000).

As UC devem dispor de um Plano de Manejo, este plano corresponde a um documento obrigatório para todos os tipos de unidades, e deve abranger a área da UC, assim como sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos. O Plano de Manejo deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da criação da Unidade, e no caso das Reservas Extrativistas, deve haver a ampla participação da população residente (BRASIL, 2011, p. 15; SNUC, Art. 27, Lei 9.985/2000).

O Capítulo I do Decreto nº 4.340 (BRASIL, 2011, p. 27; SNUC, Decreto nº 4.340/2002) regulamenta alguns artigos referentes ao conselho das unidades de conservação do SNUC, que fala sobre a criação da Unidade de Conservação. Desse modo, o ato de criação de uma Unidade de Conservação deve indicar: i) a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da Unidade e o órgão responsável por sua administração; ii) a população beneficiária no caso de Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável e; iii) a população tradicional residente e as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional. A denominação da Unidade deverá se basear nas características naturais mais significativas e em último caso as designações indígenas ancestrais. É de competência do órgão executor proponente, elaborar os estudos técnicos preliminares, se fazendo imprescindível a consulta pública para a criação da Unidade.

Portanto, são esses alguns dos critérios para a criação de uma Unidade de Conservação, que nos dará uma visão mais ampla no que concerne à criação de Reservas Extrativistas no Nordeste Paraense, em específico ao processo de criação de uma Reserva Extrativista Marinha nos municípios de Primavera e Quatipuru.

2.2. AS PRIMEIRAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS (REM) NO TERRITÓRIO RURAL NORDESTE I.

Produto da luta histórica dos seringueiros da Amazônia Ocidental - especificamente os extrativistas do estado do Acre - as Reservas Extrativistas (RESEX) surgem no âmbito institucional a partir de reivindicações dos povos da floresta entre fins dos anos 80 e início dos anos 90 (ALLEGRETTI, 1989; 2008) como a única modalidade de UC da legislação ambiental que prevê o uso sustentável dos recursos naturais e a regularização fundiária dos espaços da população tradicional, contudo, essa categoria não se restringiu apenas ao bioma Amazônico. Também foram criadas RESEX nos biomas do Cerrado, Costeiro Marinho e Mata Atlântica. As RESEX que tinham como base os recursos florestais ficaram conhecidas como “RESEX Florestais”, e aquelas que tinham como base os recursos pesqueiros ficaram conhecidas como “RESEX Marinhas” que aqui chamaremos de REM (CUNHA, 2001; COSTA, 2014).

No Pará a primeira Reserva Extrativista Marinha (REM) foi criada no município de Soure no arquipélago do Marajó, e as discussões sobre a criação da REM de Soure tiveram início no ano de 1997. Segundo Lobão (2006, p. 98), “A Resex estaria voltada para a proteção dos extrativistas do camarão e do caranguejo. Estes se encontravam constantemente ameaçados por pescadores que vinham do Salgado paraense”. O decreto de criação da REM de Soure aconteceu em 22 de novembro de 2001 (BRASIL, 2001), com uma área de 29.578,36 hectares. No ano seguinte foram criadas as REMs de São João da Ponta, Mãe Grande de Curuçá e Maracanã e Santarém Novo (REM Chocoaré Mato Grosso), segundo Costa (2014) a criação dessas REMs tinham os mesmos objetivos da REM Soure.

Segundo Costa (2014) as primeiras iniciativas que se voltaram para a criação de REMs no Território Rural Nordeste I tiveram lugar na comunidade de Acarajó no município de Bragança por incentivo da atividade da SRa. Clemilda Neri Santos, extensionista rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PARÁ).

Um dos fatores que justificam a mobilização da comunidade estava atrelado às mudanças ocorridas na coleta do caranguejo, assim como, a acelerada devastação do manguezal e o período em que coletores vindos da cidade de Bragança, disputavam a coleta do caranguejo com os coletores da comunidade de Acarajó, o que impulsionou o movimento de mulheres a se organizar através do Clube das Mães e denunciar tal tipo de degradação. A

mobilização das mulheres motivou os homens e os jovens a se organizarem fundando o Clube dos Produtores, que posteriormente, com a soma de ambos os movimentos formaram a Associação União Comunitária de Acarajó (AURA). A criação da AURA representou uma mobilização política para a comunidade e tinha como meta obter o reconhecimento da categoria de coletores de caranguejo, o que possibilitou a realização de debates, discutindo sobre o uso dos recursos retirados do mangue e a reprodução social da população da comunidade de Acarajó (COSTA, 2014. p. 117). Houve a partir dessa mobilização o estabelecimento de redes que envolveram o poder público local, estadual e federal o que estabeleceu um poder de influência e reconhecimento social para a comunidade a partir dessas mobilizações, a exemplo da realização da 1ª Campanha de Proteção do Caranguejo que envolveu a Universidade Federal do Pará através do Programa Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais (MADAM), segundo Costa (2014, p. 118) “um fruto positivo do MADAM foi a realização, em Bragança, em 1995, de um grande encontro organizado pelos participantes do projeto de Educação Ambiental e da 1ª Campanha de Proteção do Caranguejo, que reuniu pelo menos 500 pessoas”. Nesse momento surgiu a ideia de reivindicar a criação de uma RESEX, o que viria a acontecer 10 anos depois do encontro, em 2005 foram criadas a partir de Decreto Presidencial o maior conjunto de REMs do TRN1, que foram: Caeté Taperaçu, Araí-Peroba, Gurupi-Piriá, e Tracuateua, reflexo dessa mobilização conforme o Quadro 01.

MUNICÍPIOS	NOME REM*	DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO	ÁREA APROXIMADA (ha)	ÁREA OCUPADA NO TRN1 (ha)	BENEFICIÁRIOS
Viseu	Gurupi-piriá	20 de maio de 2005	72.789,93	72.789,93	4000
Augusto Corrêa	Araí-Peroba	20 de maio de 2005	62.578,12	62.578,12	900
Bragança	Caeté-Taperaçu	20 de maio de 2005	42.489,81	42.489,81	4999
Tracuateua	Tracuateua	20 de maio de 2005	27.864,50	27.864,50	2478
Santarém Novo	Chocoaré-Mato Grosso	13 de dezembro de 2002	2.783,20	2.783,20	1091
Maracanã/Santarém Novo (área TRN1)	Maracanã	13 de dezembro de 2002	30.018,88	330,10	sem informação

Quadro 1: Reservas Extrativistas Marinhas (REM) criadas no TRN1. **Fonte:** ICMbio; VIEIRA et al. 2016. Adaptado pelo autor.

No TRN1 podemos notar que o processo para a criação das REMs perdurou por bastante tempo até a data do decreto presidencial que institucionalizou as UC nos municípios de Viseu, Augusto Corrêa, Bragança e Tracuateua em 2005. Santarém Novo teve decreto

assinado em 2002; todas com portaria de conselho gestor em funcionamento por mais de uma década. Embora o município de Maracanã esteja fora do TRN1, em estudos realizados pelo NEDET identificou-se uma pequena área sobreposta sobre o município de Santarém Novo de pouco mais de 330,10 ha. Na Figura 06 podemos verificar como essas UCs estão distribuídas no TRN1.

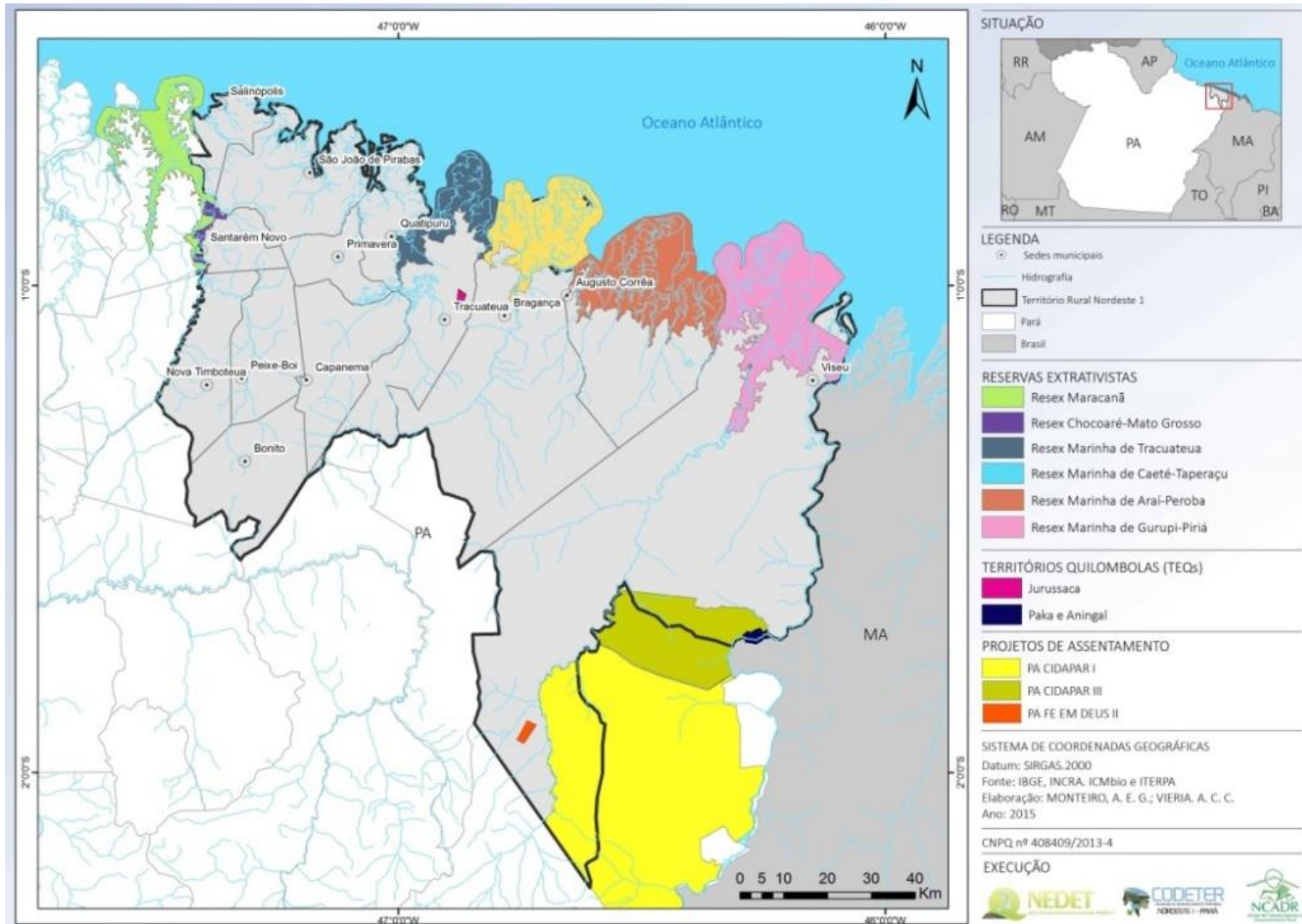


Figura 6: Mapa das Unidades de Conservação do TRN1. **Fonte:** NEDET, 2015. Elaboração do autor.

2.3. O QUE JUSTIFICA A CRIAÇÃO DE UMA REM NOS MUNICÍPIOS DE PRIMAVERA E QUATIPURU?

Nesta seção usaremos como base de análise os documentos técnicos institucionais elaborados como requisitos dos primeiros procedimentos para a criação de uma REM. Neste caso, um diagnóstico socioambiental executado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) através do Projeto Manguezais do Brasil do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para a criação de Reservas Extrativistas Marinhas nos municípios de Quatipuru e Primavera no estado do Pará. As informações contidas nos relatórios foram obtidas durante os períodos de 14 a 24 de agosto e 9 a 17 de dezembro de 2015 pela equipe do MPEG nos municípios respectivos, somando com dados secundários previstos no Termo de Referência para a execução do relatório. Este trabalho está em consonância com a Carta de Acordo celebrada entre o PNUD, ICMbio e FADESP (OLIVEIRA, 2015a, 2015b).

Como visto anteriormente ao tratar sobre o SNUC, a criação de uma Resex deve ser precedida de estudos técnicos que sirvam de base para a tomada de decisões, pareceres técnicos e realização de consultas públicas. Tentaremos desse modo, extrair informações dos diagnósticos socioambientais, como forma de produzir subsídios analíticos que justificam a criação de uma REM nos dois municípios do nordeste paraense.

Embora sejam dois produtos, a equipe responsável pelo trabalho seguiu a mesma metodologia para a execução dos diagnósticos, com levantamento de dados secundários e coleta de dados primários por meio de aplicação de questionários e entrevistas com roteiro pré-definido e exercícios participativos com os atores chaves no processo de criação/mobilização, que foram: Diagrama de Venn, o Mapeamento Participativo das Áreas de Uso e a Matriz Histoecológica, entre outros.

No município de Quatipuru as comunidades visitadas pela equipe técnica, foram: Distrito de Boa Vista, Serra Grande, Macaco, Araríba, Ponta Grande, Taperinha, Cumaru; e bairros da sede municipal: Pedreira, Castanhede e União; no município Primavera as comunidades visitadas foram: Telha, Laranjal, Vila do Bacabal, Rio dos Peixes, Doca e Galpão e Vila do Patrimônio. Cabe ressaltar que a escolha das comunidades visitadas se baseou nas vistorias técnicas realizadas pelo ICMbio em 2012.

Os atores sociais que participaram das oficinas, reuniões e entrevistas em Quatipuru, foram mobilizados em suas comunidades por meio do apoio de lideranças da REM

Tracuateua e de representantes da Prefeitura Municipal e do STTR que faziam parte da Comissão Pró-Resex (atualmente inativa); em Primavera a mobilização teve apoio de integrantes do Movimento Pró-Resex e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Os resultados do diagnóstico seguem a sequência proposta pelo Termo de Referência do relatório previsto pelo ICMbio. Primeiramente, foi realizada a identificação e caracterização da população tradicional envolvida na área proposta para a criação da REM nos municípios de Quatipuru e Primavera. Em Quatipuru, a população das comunidades e bairros visitados se identificaram como pescadores artesanais, caranguejeiros, catadores e agricultores, e as comunidades visitadas estavam mais próximas da região do ecossistema manguezal, área de maior interesse para a criação da REM; Em Primavera, as comunidades visitadas apresentaram perfis semelhantes, com grau diferenciado quanto à relação com o ecossistema mangue e dos sistemas de produção.

Para tanto apresentamos os principais resultados dos diagnósticos e caracterização socioambiental das áreas propostas para a criação de Reservas Extrativistas nos municípios de Quatipuru e Primavera na Mesorregião do Nordeste Paraense, dando ênfase para as diferentes formas de uso dos recursos naturais das duas áreas estudadas nos dois municípios em questão. Deste modo, apresentamos as informações primeiramente falando de Quatipuru e posteriormente de Primavera identificando respectivamente no relatório o texto que segue como *Produto 1* (OLIVEIRA, 2015a), e *Produto 2* (OLIVEIRA, 2015b), ³para então estabelecer uma análise das principais características que justificam a criação da REM.

No *Produto 1* identificou-se como características gerais que no município de Quatipuru foram entrevistadas 18 famílias com uma média de 4 pessoas por família, envolvendo cerca de 70 membros, sendo que desses 40 são do sexo masculino e 30 do sexo feminino, todos naturais do estado do Pará. As informações que se referem ao nível escolar apontam que 60% dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental incompleto; e as ligadas à renda mensal apontam uma oscilação entre 1 salário mínimo (SM) para 28% dos

³ Os relatórios intitulados Diagnóstico e caracterização socioambiental das áreas propostas para criação e ampliação de Reservas Extrativistas na Mesorregião do Nordeste paraense no estado do Pará. Podem ser acessados na íntegra através dos links: PRODUTO 03 intitulado no trabalho como *Produto 01* “Relatório com diagnóstico socioambiental referente à criação da Resex Boa Vista do Quatipuru.” <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/consultas_publicas/Boa_Vista_de_Quatipuru.pdf> e PRODUTO 04 intitulado no trabalho como *Produto 2* “Relatório com diagnóstico socioambiental referente a proposta de criação da Resex Rio Primavera.” <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/consultas_publicas/Primavera.pdf> .

entrevistados e 1 a 2 SM mensais para 33%, apenas 11% ultrapassam a renda de 2 SM, podendo chegar a 5.

As informações referentes à infraestrutura, saúde e saneamento mostram um dos aspectos evidenciados no *Produto 1* que foi a mudança ocorrida nos tipos de habitações que anteriormente predominavam as construídas em barro, e que pode ser identificado uma mudança nos aspectos dessas habitações. Por meio de entrevista identificou-se que 53% dos entrevistados possuem casa de alvenaria, 26% casa mista de madeira e alvenaria e 21% casas de madeira; 95% obtêm água para consumo de poços artesianos. Os lixos são recolhidos pela prefeitura em 85% dos casos. As doenças com mais frequência apontadas pelos entrevistados foram: diarreia, virose, asma, vômito, febre, tosse, malária, dor de cabeça, etc.

Os dados que caracterizam os sistemas de produção apontam que em Quatipuru as atividades em destaque entre os entrevistados são: a pesca (89%), a “tiração” de caranguejo (56%), a cata da massa do caranguejo (50%), a retirada de mexilhões (39%), a criação de pequenos animais (33%) como patos e galinhas, a retirada de ostras (28%), pesca do camarão (22%) e a agricultura (11%). Os entrevistados desenvolvem mais de uma atividade econômico/produtiva.

Quanto a estrutura social e a organização comunitária as informações apresentadas no *Produto 1* indicam que cerca de 56% dos entrevistados não possuem nenhum vínculo com associações e cooperativas e 44% estão ligados à colônia de pescadores Z-48 e outros 10% a Associação de Extrativistas de Quatipuru (AEXQUAT), sendo que apenas 1 membro da família faz parte destas organizações.

São apontados no *Produto 1* a identificação do uso e manejo dos recursos naturais pelas populações tradicionais envolvidas na proposta de criação da REM.

Nas entrevistas foram citadas 245 espécies de animais que ocorrem na região, dentre os vertebrados, os peixes, aves e mamíferos foram os mais citados.

Foi identificado que é a pesca e sua produção a grande marca do uso dos recursos fauna. As atividades são comumente praticadas por homens de diversas idades e de categorias sociais, uma atividade que está para além da pesca, pois praticam também a “tiração” do caranguejo e a coleta do mexilhão (Figuras 07 e 08), atividades que envolvem as mulheres. Para a realização das atividades de pesca são utilizados diferentes tipos de embarcação, e empregado métodos variados para a pescaria, aplicando muita das vezes métodos avançados

de captura como o espinhel e utilização de redes específicas, além disso, há a coleta de crustáceos nos manguezais.

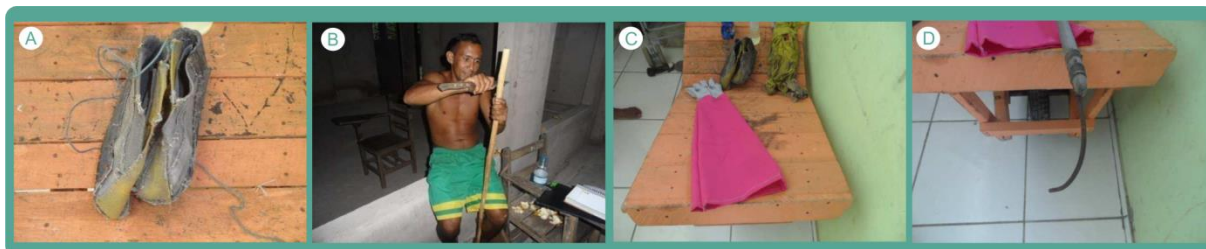


Figura 7: Apetrechos confeccionados pelos tiradores de caranguejo no município de Quatipuru. A: sapatos; B: tirador preparando o gancho; C: braceiras e D: gancho. **Fonte:** ALBUQUERQUE, A. (OLIVEIRA, R. 2015a.) (Foto B); MONTEIRO, A. E. G. (Foto A e C).

Na prática de “tiração” do caranguejo o instrumento mais utilizado para captura é o gancho ou braceamento, e os tiradores possuem vestimentas confeccionadas por eles próprios como o sapato, as braceiras (Figura 07). A retirada é conhecida como "caranguejo de baixada" quando o grupo de tiradores passa a semana viajando pelos mangues para a coleta, e posterior comercialização aos catadores.



Figura 8: Aspectos de atividades de beneficiamento do sururu. **Fonte:** ALBUQUERQUE, A. (OLIVEIRA, R. 2015a.)

Um dado importante é a diversidade de apetrechos utilizados para a pesca, considerando a variedade dos recursos pesqueiros, sendo uma pesca totalmente artesanal tanto para subsistência quanto para a pesca comercial.

No município de Quatipuru é no Distrito de Boa Vista onde se concentra o maior número de pescadores artesanais, e onde desembarca a maior parte da produção pesqueira.

Para realizar a pesca são utilizadas embarcações de madeira de médio e pequeno porte com capacidade de armazenamento que pode variar de 0,5 a 10 toneladas de carga (Figura 09). A duração das viagens depende do porte das embarcações e sua capacidade de armazenamento, as pescarias podem durar até cinco dias e ocupam cerca de 4 a 5 pessoas.



Figura 9: Embarcações de madeira no Distrito de Boa Vista município de Quatipuru. A: embarcações de pequeno porte; B e C: embarcações de médio porte. **Fonte:** ALBUQUERQUE, A. (Foto B); MONTEIRO, A. E. G. (Foto A e C).

Os apetrechos utilizados são denominados de acordo com o tipo da espécie, por exemplo, para a captura da pescada Gó a rede de emalhar é denominada de “gozeira”, utiliza-se também os espinheis, a rede grossa que é para a captura da pescada amarela, e a rede serreira para a captura do peixe serra, assim como a “caiqueira” para a pesca da caíca. Além das redes de “emalhar” os pescadores de Quatipuru utilizam as redes de arrasto do camarão, as tarrafas, os espinheis e armadilhas como os muzuás e os currais, conforme Figura 10:



Figura 10: Aspecto das redes utilizadas para pesca no município de Quatipuru. A) Rede de tapagem (branca) e cacuri (preta); B) Rede malhadeira gozeira; C) Malhadeira de rede grossa D) Apetrechos utilizados para pesca de espinhel. **Fonte:** OLIVEIRA, R. 2015a.

O quadro a seguir mostra as principais pescarias realizadas pelos pescadores no município que Quatipuru e Primavera:

PESCARIAS MAIS UTILIZADAS	CARACTERÍSTICAS
Pesca de rede grossa	A pescaria de rede grossa ocorre em mar aberto no período do inverno ou em época de chuvas. As espécies alvos são: pescada amarela, xaréu, corvina, dourada, gurijuba e tubarões. Os pescadores de rede grossa dedicam-se somente a este tipo de pescaria;
Tapagem de igarapé	Esse tipo de pesca é tido como predatória, sendo uma pesca comercial, e é tida para os pescadores como uma das pescas mais rentáveis
Redes de espera: serreira, gozeira e caiqueira	As pescarias com redes de espera tem duração média de duas marés. Cada tipo de rede de espera pode capturar diferentes espécies de peixes
Pescaria de espinhel	A pescaria de espinhel ou anzol são realizadas através de embarcações de pequeno porte, e tem a duração de um dia, em Boa Vista existem cerca de 14 barcos de pesca de espinhel
Pescaria de curral	Os currais são armadilhas, e em Quatipuru tem duas classificações de acordo com seu formato: o curral de braço ou enfia e curral de coração ou curral de beira. Os currais são instalados ao longo da foz dos rios
Pescaria de muzuás	Muzuas são armadilhas construídas de bambu e madeira de "genipaúba". Essas armadilhas são instaladas às margens dos manguezais para a captura do bagre atraído pela isca de sardinha. Por dia pode ser capturado cerca de 60 a 80 quilos de peixe.

Quadro 2: Características das pescarias mais utilizadas no município de Quatipuru e Primavera. **Fonte:** OLIVEIRA, R. 2015a, 2015b. Nota: adaptado pelo autor.



Figura 11: Aspecto de pesca Muzuá. **Fonte:** OLIVEIRA, R. 2015a.

No *produto 2* apresentou-se como características gerais que no município de Primavera foram entrevistadas 23 famílias nas cinco comunidades visitadas; as quais são compostas de pai, mãe e filhos do tipo nuclear. Essas famílias envolvem um total de 69 pessoas sendo 52% do sexo masculino e 48% do sexo feminino. 100% dos entrevistados no relatório executado pelo MPEG afirmaram que não pretendem morar em outro local que não seja o município de Primavera, e atribuem essa identidade à ausência de conflitos fundiários e aos laços familiares. Todos os entrevistados são naturais do estado do Pará, e as informações que se referem ao nível escolar apontam que é baixo, 14,4% dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental incompleto e 7,2 concluíram o ensino médio. As informações concernentes à renda familiar dos entrevistados aponta através do *produto 2* que os valores médios oscilam entre 1 a 2 salários mínimos (SM) para 39,1%, seguindo dos que renda de meio a um SM (35%).

No que se refere à estrutura, saúde e saneamento, o *produto 2* aponta que em Primavera houve mudança nos aspectos das construções que antes eram construídas de barro e

de palha, nas entrevistas identificaram que 48% possuem casas de madeira, 30% casa de alvenaria e 9% casa mistas de madeira e alvenaria, embora tenha havido essa mudança no aspecto das habitações o *produto 2* não apresenta os fatores que as possibilitaram. Na maioria das casas a água consumida não é submetida a nenhum tipo de tratamento, e em parte, como consequência da falta de saneamento os entrevistados apontaram algumas doenças que os acometem com mais frequência, como: diarreia, gripe, virose, asma, vômito, febre, tosse, malária, dor de cabeça, acidentes com cobras, alergias, etc.

As atividades econômicas/produativas apresentadas no *produto2* referente ao município de Primavera apontam que há a diversificação das atividades produtivas pelos entrevistados, dos quais desenvolvem mais de uma atividade, com destaque para a pesca, a “tiração” de caranguejo e a agricultura. A pesca e a tiração de caranguejo são atividades consideradas mais importantes para a reprodução social das famílias entrevistadas.

No que se refere à estrutura social e a organização comunitária o *produto 2* aponta que cerca de 69,5% dos entrevistados são associados a algum tipo de associação e cooperativa, e cerca de 50% estão ligados à Colônia de Pescadores Z-88 e ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município. Segundo Oliveira (2015b, p. 22) “a relação dos comunitários com as organizações sociais se apresentam de forma instrumental”.

São apontados no *Produto 2* a identificação do uso e manejo dos recursos naturais pelas populações tradicionais envolvidas na proposta de criação da REM.

Segundo Oliveira (2015b, p.35) a frota de barcos no município de Primavera é de cerca de 40 barcos, esses têm a capacidade variada de carga que está entre 300 kg a 3 toneladas; as embarcações são movidas a motor, a remo e a vela.

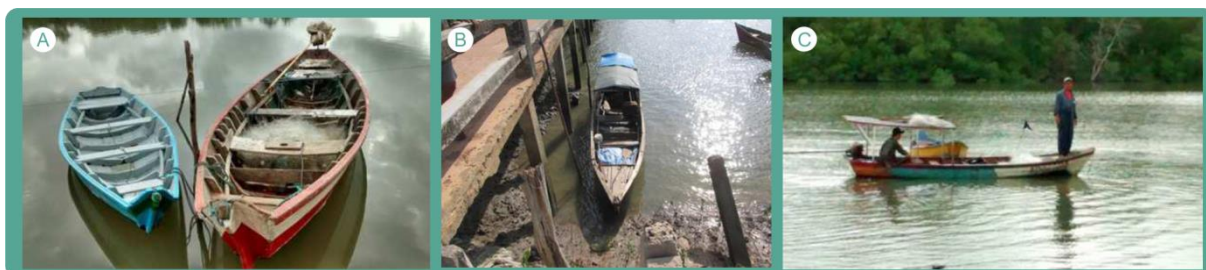


Figura 12: Aspecto das embarcações utilizadas para a pesca artesanal no município de Primavera. **Fonte:** OLIVEIRA, R. 2015b.



Figura 13: Aspecto das embarcações e da pesca artesanal com maiadeira no município de Primavera. **Fonte:** do autor.

Em Primavera e em Quatipuru, além dos tipos de pescas que foram apresentadas anteriormente no Quadro 2 é realizada a prática de pesca com rede apoiada que gera alguns conflitos entre os pescadores, por ser uma prática de pesca predatória, na figura 14, o pescador demonstra dois filhotes de pescada amarela capturada por esse tipo de pesca na Comunidade de Boa Visa em Quatipuru.



Figura 14: A: Filhote de pescada amarela capturados através da prática de pesca com rede apoiada no distrito de Boa Vista em Quatipuru; B: tamanho ideal para a comercialização da pescada amarela. **Fonte:** do autor (foto A); OLIVEIRA, R. 2015a. (foto B)



Figura 15: Pescadores da comunidade da Telha após pesca com malhadeira. **Fonte:** do autor.

As informações extraídas dos Diagnósticos e Caracterização Socioambiental das áreas propostas para a criação da REM nos municípios de Primavera e Quatipuru corroboram para o que aponta o Art. 18 do SNUC que diz que a área utilizada pelas populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência se baseia no extrativismo e complementarmente com a agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte justifica a criação da

REM tendo em vista a proteção dos meios de vida e cultura dessas populações e que assegurem o uso sustentável dos recursos naturais na UC. E ademais, muitos dos entrevistados se caracterizam como pescadores artesanais, conforme o que diz Clauzet *et.al.* (2005, p.01):

Pescadores artesanais podem ser definidos como aqueles que, na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal possuem pouca autonomia. A captura da pesca artesanal é feita através de técnicas de reduzido rendimento relativo e sua produção é total ou parcialmente destinada ao mercado

No que tange a Dimensão Ambiental do TRN1, a caracterização dos recursos naturais apresenta diferentes graus de vulnerabilidade e conservação dos recursos naturais, o ordenamento fundiário e os conflitos existentes sob as estratégias de uso e conservação dos recursos naturais sofrem pressão tanto da agropecuária como da forma de lhe dar com a terra, herdada historicamente e de predomínio de uma agricultura itinerante. Os recursos naturais presentes na área mais bem preservada do TRN1 que é o litoral, com uma extensa vegetação de mangue é um ambiente cada vez mais passível das novas formas existentes no Território, como a industrialização. Entende-se ambiente como “o meio de onde a sociedade extrai os recursos essenciais à sobrevivência e os recursos demandados pelo processo de desenvolvimento socioeconômico. Esses recursos são geralmente denominados naturais” (SÁNCHEZ, 2007, p. 21).

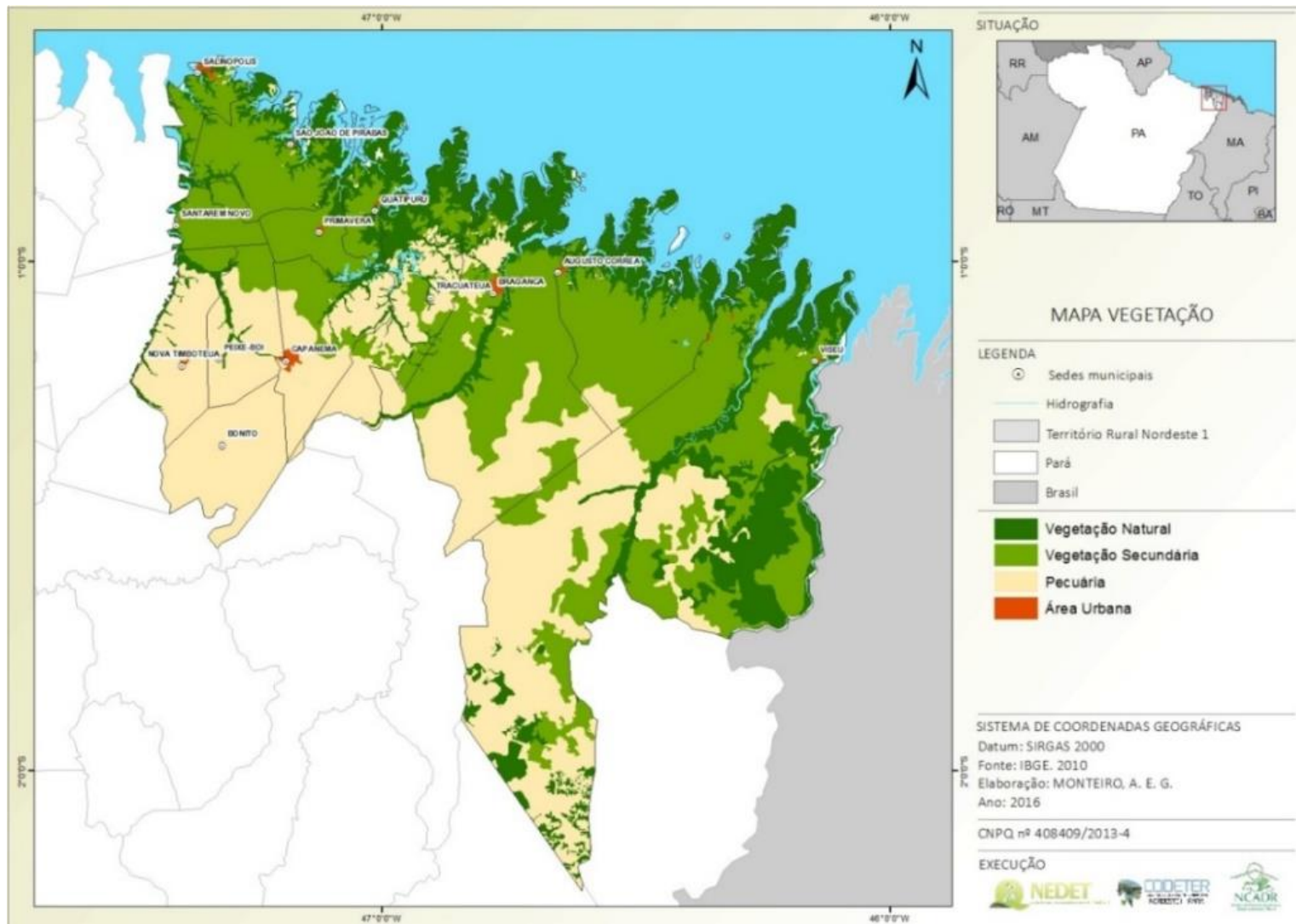


Figura 16: Mapa de uso do solo e vegetação do TRN1. **Fonte:** NEDET, 2016, elaboração do autor.

O mapa de vegetação (Figura 16) nos permite identificar a distribuição da vegetação secundária e primária e/ou natural do TRN1, além das áreas onde se instalam atividades pecuárias. O Decreto nº 5.975 (capítulo III, Art. 10, § 1º) define como uso alternativo do solo: a substituição de florestas e formações sucessoras por outras coberturas do solo destinadas à implantação de projetos de assentamento da reforma agrária, agropecuários, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte. (BRASIL, 2006). Além da agropecuária, outros usos alternativos do solo corroboram para o aumento das pressões ambientais sofridas pelas populações tradicionais que se encontram no TRN1.

Portanto se faz necessário realizar uma análise mais apurada diante dos fatos, e verificar o que a criação de uma nova UC nesse Território pode acarretar para a vida das populações tradicionais e sua reprodução social, através do reconhecimento territorial pelo Estado.

CAPÍTULO 3

A (NÃO) CRIAÇÃO DA REM DE PRIMAVERA E QUATIPURU

O objetivo desse capítulo é analisar o processo de criação de uma Reserva Extrativista Marinha que engloba os municípios de Quatipuru e Primavera, considerando as intervenções realizadas por organizações governamentais, não-governamentais e pela população tradicional extrativista. A descrição e posição dos atores envolvidos na proposta e análise dos principais embates pela criação da REM. Neste segmento iremos apresentar a presença de instituições e atores analisando as possíveis questões advindas do processo de proposição e criação de uma REM nos dois municípios.

3.1. DESCRIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA REM.

Com base no contexto de mobilização para a criação da REM e nas informações coletadas nos trabalhos de campo, foi possível identificar diversos órgãos e entidades associativas que se envolveram direta e indiretamente na proposta de criação da REM. Classificamos as instituições em Setor Público Estatal e Setor Público não-Estatal, conforme quadro 3.

Setor Público Estatal	Setor Público não-Estatal
Ministério Público Federal	Colônia de Pescadores de Primavera Z-88
Prefeitura Municipal de Primavera	Associação de Extrativistas de Quatipuru
Câmara Municipal de Primavera	Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
Prefeitura Municipal de Quatipuru	CONFREM
Museu Paraense Emílio Goeldi	Cáritas Diocesana de Bragança
ICMbio - CR4/Belém	

Quadro 3: Instituições envolvidas com a criação da REM, Setor Público Estatal e Setor Público não-Estatal.
Fonte: Pesquisa, elaboração: Autor.

Vale ressaltar que as interações entre os setores dos municípios de Quatipuru e Primavera ocorreram em diferentes momentos durante o processo de proposição, o que pode acarretar em uma pequena confusão no início do texto, pela análise em separado de cada município e de suas atuações voltadas para a criação da REM, tentaremos de outro modo, ao final realizar uma reflexão das interações realizadas em momento específico do processo, de modo salutar à compreensão.

Primeiramente houve no município de Quatipuru no ano de 2007 uma mobilização das populações extrativistas por meio do apoio do setor Público-Estatal através da Prefeitura Municipal (PMQ) e da Secretaria de Agricultura, com a finalidade de reunir assinaturas e protocolar o primeiro processo para a criação de uma REM; esta mobilização também foi reflexo da criação via Decreto Presidencial da REM de Tracuateua em 2005 pela proximidade com o município.

Dentro desse contexto aparece como um dos atores chave dessa primeira mobilização o sr. Gelson Lima da Silva que foi secretário de agricultura de Quatipuru durante a gestão 2000-2004 e atualmente é secretário da mesma pasta na PMQ. Em 2004, com a mudança de gestão e sua exoneração do cargo na Secretaria de Agricultura o sr. Gelson passou a atuar como colaborador no CNS no estado do Amapá onde adquiriu uma formação a respeito das populações extrativistas. Isso demonstra que este ator esteve presente em ambos os setores estatal e não-estatal, retornando em 2007 para o município de Quatipuru e assumindo novamente em 2008 a Secretaria de Agricultura da PMQ.

Com o conhecimento adquirido durante a atuação no CNS o sr. Gelson passou a instigar os extrativistas sobre as questões ligadas a criação de uma UC, o que possibilitou, de certa forma, a realização das primeiras tentativas dos extrativistas em demandar a criação de uma UC pelo Governo Federal. Embora tenha participado do início do processo, hoje o sr. Gelson Lima da Silva se mantém afastado das mobilizações atuais para a criação da REM.

Em um plano especial aparece a atuação dos extrativistas com a criação da Associação dos Extrativistas de Quatipuru (AEXQUAT). A associação foi criada visando buscar estratégias de ações comuns a todos os coletores de caranguejo-uçá de Quatipuru; sua instituição da associação ocorreu em 2015; essa associação pode ser vista como fruto das primeiras mobilizações para a criação de uma REM no município. Neste setor não-estatal atuam dois atores individuais importantes que estiveram envolvidos na articulação para a criação da AEXQUAT e da mobilização frente à criação de uma REM no município, o sr.

Raimundo Sarmento Reis (Primote) e o sr. Antônio de Jesus (Pajuca) extrativistas e coletores de caranguejo profissionais e presidente e vice-presidente respectivamente da Associação. Na Figura 20 podemos verificar o espaço destinado à construção da sede da associação, o que demonstra o empenho dos extrativistas com a Associação que está ligada diretamente com a proposta de criação da REM.



Figura 17: Sr. Raimundo Sarmento Reis (Primote) apresentando o espaço destinado para a construção da sede da AEXQUAT. **Fonte:** do autor.

No município de Primavera a ideia de criação de uma UC surgiu a partir da realização de um evento intitulado Seminário Popular sobre Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável de Primavera que foi realizado em dezembro de 2007. Esse evento de cunho político foi realizado pela câmara municipal de vereadores, tendo como uma das principais discussões a recuperação do solo da comunidade de Jabaroca uma das principais produtoras de feijão caupi no município. Na tentativa de receber apoio técnico e financeiro para a efetivação de um projeto de recuperação de solo naquela comunidade, alcançar os objetivos construídos no seminário, foram realizadas interações com o Governo do Estado, porém não houve interesse do Governo em realizar o projeto. Dessa forma os objetivos do seminário não foram alcançados. Essa tentativa frustrada possibilitou a participação da Caritas Diocesana de Bragança (setor público não-estatal) na proposição de uma nova frente de mobilização política que seria a criação de uma REM em Primavera.

Nesse processo a Câmara de Vereadores (setor público Estatal) passa ter por representante o sr. José Augusto Silva que idealizou o seminário realizado em dezembro de 2007, e assumiu o cargo de vereador em 2008 em Primavera. Natural do município de Bragança, atuou na Caritas junto com o seu presidente Pe. Nelson Magalhães que trouxe a ideia da criação de uma UC após indicar em um mapa que Primavera fazia parte de um vão no que corresponde ao cinturão de REMs no litoral paraense de UC já criadas. O sr. José

Augusto Silva passou a atuar politicamente na mobilização pela criação de uma UC no município, com isso iniciou conversas com pescadores da comunidade da Telha; e nas primeiras reuniões teve como participantes o presidente da Caritas que esteve envolvido para falar sobre o processo de criação de uma UC, tendo em vista ter experiência com o processo de criação da REM Caeté-Taperaçú do município de Bragança, e posteriormente esteve envolvido nessas reuniões o gestor da REM de Bragança, com a finalidade de elucidar o processo e mostrar os caminhos necessários para a solicitação de uma REM junto ao Governo Federal.

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (setor público não-estatal) é uma entidade fundada em 1985, originalmente conhecida como Conselho Nacional dos Seringueiros. Sua criação está ligada à luta contra expulsão da terra e a devastação da floresta; e teve como expoente principal Chico Mendes quando presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) do município de Xapuri no estado do Acre. O CNS em âmbito nacional representa os trabalhadores agroextrativistas organizados em associações, cooperativas e sindicatos, tendo um Conselho Deliberativo formado por 27 lideranças dos mais diversos segmentos agroextrativistas da Amazônia⁴. O CNS é o organizador do evento Chamado da Floresta que tem como objetivo discutir a realidade das Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e dos Projetos de Assentamento Extrativistas reunindo lideranças de toda a Amazônia. Até hoje foram realizados 3 eventos, o I Chamado da Floresta aconteceu entre os dias 5 e 6 de agosto de 2011 na Resex Terra Grande-Pracuúba, na ilha do Marajó, reunindo cerca de 260 lideranças; nos dias 28 e 29 de novembro de 2013 foi realizado o II Chamado da Floresta na Resex Gurupá no município de Melgaço também na ilha do Marajó; o evento reuniu cerca de 2.000 lideranças de toda a Amazônia e do restante do Brasil, envolvendo mais de 150 autoridades das esferas federal, estadual e municipal, além do poder executivo e legislativo; nos dias 28 e 29 de novembro de 2015 aconteceu o III Chamado da Floresta na Comunidade São Pedro, Resex Tapajós-Arapiuns, no município de Santarém no estado do Pará, evento que participei a convite do CNS (Anexo c). O envolvimento dos atores na proposta de criação da REM nos municípios de Quatipuru e Primavera teve apoio constante desta instituição desde as primeiras mobilizações.

⁴ Fonte: < <http://memorialchicomendes.org/quem-somos/>> Acesso em 04/01/2018



Figura 18: III Chamado da Floresta com representantes solicitando a criação da REM no ano de 2015. **Fonte:** Relatório III Chamado da Floresta.

Um fato importante foi a integração de atores antes envolvidos através do Setor Público Estatal que posteriormente se integraram ao CNS; o que fortaleceu, de certo modo, a mobilização das populações extrativistas dos municípios, podemos citar o sr. Gelson Lima da Silva, atual secretário de agricultura da Prefeitura de Quatipuru que trabalhou no CNS em Macapá até o ano de 2008 no estado do Amapá, e, com a carga de conhecimento adquirido sobre as Populações Extrativistas e Unidades de Conservação de uso sustentável, iniciou uma formação e orientações para a organização dos extrativistas.

Em Primavera atuava até 2012 como vereador o sr. José Augusto Silva que hoje atua no CNS em Belém na área de regularização fundiária e que esteve à frente da articulação em conjunto com as populações extrativistas para a criação de uma UC em Primavera, de certa forma esses foram atores chaves no processo de mobilização inicial, trazendo as discussões a respeito da criação de uma RESEX para o bojo das comunidades interessadas na criação da UC.

O envolvimento do Ministério Público Federal (MPF) do Pará aconteceu por intermédio de um grupo do município de Primavera, contando com o apoio do Procurador da República Felício Pontes Jr. com a finalidade de verificar o andamento do processo de solicitação para criação da UC no município pelo ICMBio, o que culminou na realização de um evento em formato de consulta pública na comunidade da Telha em Primavera intitulado de “I Seminário das Comunidades Extrativistas” em março de 2012, e que envolveu os quatro municípios com processo em andamento para criação das REMs no nordeste paraense: Primavera, Quatipuru, São João de Pirabas e Salinópolis. A criação das Comissões Pró-Resex surge em vista a essa articulação com o MPF a partir do ano de 2011, e em 2012 com a

realização do Seminário os extrativistas aprovam a unificação das quatro propostas em uma única UC e solicitam formalmente através de um ofício (Anexo E) assinado pelos representantes das Comissões que o ICMbio desconsiderasse os pedidos individuais e passasse a considerar a proposta unificada que viria a ser conhecida e discutida em outros momentos como REM Filhos do Mangue ou Território de Viriandeua. As áreas das propostas estão representadas no mapa abaixo, onde podemos identificar as áreas das propostas das REMs em cada município, além da ampliação da REM Chocoaré Mato-Grosso (Figura 20). Embora nos atenhamos apenas ao processo de criação de uma REM nos municípios de Quatipuru e Primavera, houve outras mobilizações para a criação de REM em municípios do TRN1 que ainda não tem áreas de UC, prova disso é a criação das Comissões Pró-Resex.



Figura 19: I Seminário das Comunidades Extrativistas realizado em 2012 na comunidade da Telha no município de Primavera. **Fonte:** http://paulinhopirabaspineiro.blogspot.com.br/2012/03/seminario-extrativistas-de-quatro_8822.html

Dessa forma, uma das principais mobilizações entre os atores foi a criação das comissões Pró-Resex que possibilitou a realização de um abaixo-assinado em 2011 das comunidades e de cartas de apoio de várias entidades governamentais e não-governamentais (câmaras, prefeituras, associações, sindicatos etc.), no município de Primavera foram reunidas cerca de 3.200 assinaturas.

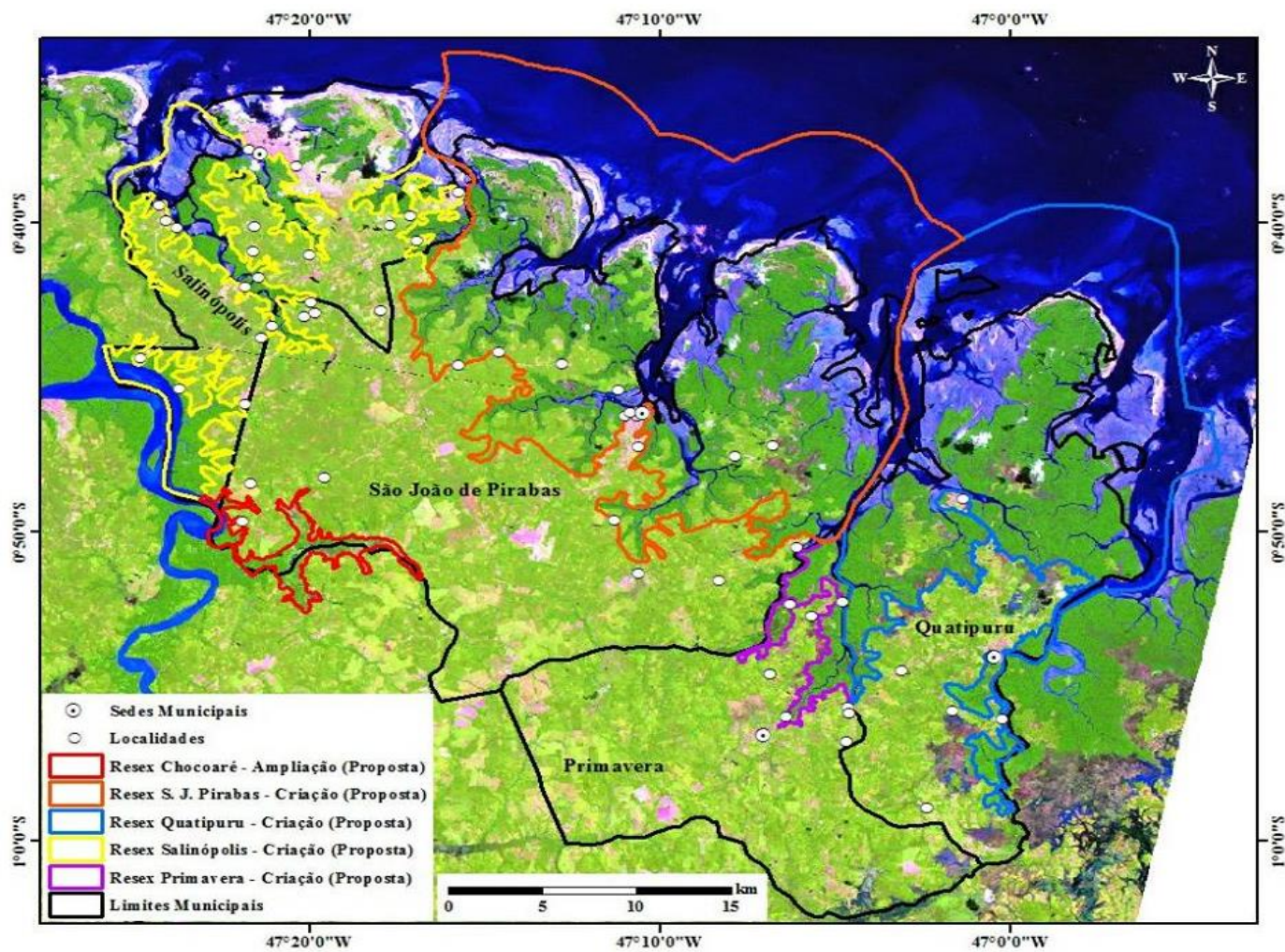


Figura 20: Mapa dos limites das propostas de criação da RESEX Filhos do Mangue Fonte: CNS

O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, cumprindo as etapas necessárias para a criação de uma UC, participou em diferentes momentos, quando por solicitação das Comissões, ou quando das etapas previstas no SNUC.

O Museu Paraense Emílio Goeldi se envolve nessa proposta a partir do Projeto Manguezais do Brasil do ICMBio que financia os estudos socioambientais previstos no SNUC para a criação de uma UC.

Na próxima seção apresentamos de forma mais detalhada as ações desempenhadas por esses atores em vista a criação da REM nos municípios de Primavera e Quatipuru no TR

3.2. AS AÇÕES DOS ATORES

Apesar de que se tenha decretado a criação de Reservas Extrativistas Marinhas no TRN1 nos anos de 2002 e 2005, as primeiras mobilizações para a criação de uma REM nos municípios de Quatipuru e Primavera só foi ocorrer em 2007. Como apontou o senhor José Augusto Silva do CNS:

Eu queria fazer um pequeno relato do histórico dessa luta, na verdade é um histórico. Quando citaram que foi em 2011, 2012 eu tinha a certeza e a convicção que fazia mais tempo. Iniciou [...] por coincidência neste salão aqui, no dia 7 e 8 de dezembro de 2007 o primeiro seminário popular sobre políticas públicas para o desenvolvimento sustentável de Primavera. [...] a agricultura de Primavera já vinha cansada, olhamos pra área que aonde era promissora e aonde se coloca o alimento na mesa. Que do extrativismo como ontem falaram no Quatipuru é o que se extrai, mas sem derrubar sem agredir a natureza.⁵

No município de Quatipuru uma das primeiras ações para a criação da REM, está ligado a um processo de solicitação que foi arquivado devido a problemas com os formulários de assinaturas no ano de 2007, neste período o órgão responsável era o IBAMA.

Antônio de Jesus (Pajuca) extrativista do município, tirador de caranguejo profissional desde 1990 e presidente da AEXQUAT apontou que houve falta de orientação para dar prosseguimento no processo, e que não foram tomados os devidos cuidados no momento em que assinaram os documentos inviabilizando o prosseguimento do processo para aquele ano de 2007:

Foi a pressa, pressa e falta de conhecimento, quando foi na hora de pegar as assinaturas, a pessoa que era pra chegar com o dedo, era pra chegar com o dedo [...] foram várias pessoas movimentadas para pegar a assinatura, em bairros em vilas e teve um colega lá que não teve a paciência de fazer isso, pegava identidade e Cpf, pá... pra pegar com a assinatura dele, nesse, identidade e Cpf, tinham pessoas que não assinavam, que quando bateu essas assinaturas no computador da união, foi verificado que deu a fraude [...].⁶

Um ponto interessante a se destacar, é que as primeiras ações dos atores para a criação da REM, foi um impulso para que os extrativistas se organizassem e procurassem novas formas de mobilização.

A partir de 2007 houve um maior empoderamento dos atores a respeito da criação de uma REM, participando mais efetivamente das esferas de discussões e possibilitando muitas vezes a realização de reuniões com as comunidades tratando sobre o tema muitos deles

⁵ Transcrição de áudio – Consulta Pública para apresentação da Proposta de criação REM Quatipuru/Primavera. 24 de maio de 2017.

⁶ Entrevista realizada com extrativistas de Quatipuru, fala do sr. Antônio de Jesus. 28 de agosto de 2017.

passaram a participar de encontros como o evento Chamado da Floresta organizado pelo CNS. A partir de então vários eventos foram ocorrendo.

Em 2009 atores dos dois municípios protocolam no ICMbio a solicitação de criação de uma REM. Apenas em 2011 o ICMbio realiza as primeiras vistorias técnicas atendendo a essa demanda das comunidades tradicionais, tendo em vista verificar o real potencial para se criar as REMs nas áreas.

Em 2011 com a criação das Comissões Pró-Resex há uma articulação entre os municípios que se organizam politicamente para viabilizar o processo de criação da REM, e protocolam a solicitação no ICMbio junto com abaixo assinados e cartas de apoio de diversos segmentos da sociedade para a criação de uma única UC englobando os municípios de Quatipuru, Primavera, São João de Pirabas e Salinópolis, como falado na seção anterior.

Sob o ponto de vista do ICMbio o processo de criação da REM recomeça em 2011. A partir dos documentos protocolados o ICMbio foi demandado a realizar as vistorias prévias. Em outubro de 2011 aconteceram as primeiras visitas nas áreas da proposta, conforme fala do Técnico do ICMbio William Ricardo da Silva Fernandes:

Então nós visitamos alguns ambientes e constatamos que aqui tinha potencial e a população tradicional relevante para a criação de uma reserva extrativista. E essa vistoria em janeiro de 2012 nós apresentamos uma primeira proposta de mapa, nós fizemos duas reuniões. Uma foi no bairro da Pedreira e outra foi lá na vila de Boa Vista.⁷

Em 2012 foi realizado o I Seminário das Comunidades Extrativistas Localizadas na Região do Nordeste do Pará, da qual participou o Procurador da República Felício Pontes Jr. que coordenou a reunião com os representantes da Comissão Pró-Resex Marinha. O objetivo principal desta ação foi debater a criação das Reservas Extrativistas nos quatro municípios do TRN1 que tinham protocolado o processo no ICMbio (Anexo E). Nesse momento, por meio de audiência pública foi decidido que: a) os moradores dos quatro municípios (Primavera, Quatipuru, São João de Pirabas e Salinópolis) reivindicam pela unificação dos quatro processos que estavam no ICMbio para a criação de uma única REM, que ficaria conhecida como REM Filhos do Mangue; b) a investigação por meio do MPF sobre a falta de pagamento do seguro defeso dos extrativistas da região; c) fiscalização para coibir a degradação da região

⁷ Transcrição de áudio – Consulta Pública para apresentação da Proposta de criação REM Quatipuru/Primavera. 23 de maio de 2017.

de mangue e; d) encaminhamento ao governo municipal, estadual e federal demandando educação, infraestrutura e saúde.

No que tange esta ação, um dos empecilhos enfrentados em Quatipuru foi a inserção de um polo no município da REM de Tracuateua em 2013. Segundo Oliveira (2015a, p 09) “Há um forte vínculo com a Resex Marinha Tracuateua que mantém seu polo 8 no município de Quatipuru e tem beneficiários de fomentos de casas e recebendo Bolsa Verde, distribuídos entre moradores do Distrito de Boa Vista e bairros da sede municipal”. No tocante ao processo de criação da REM em Quatipuru o sr. Antônio de Jesus destacou que:

Na época existia um grupo de Tracuateua, da RESEX de Tracuateua, que pra eles não era fundamental que Quatipuru criasse uma Unidade de Conservação, porque eles tavam pensando, a direção na época lá tava pensando na compensação ambiental, que a Votorantim poderia dar. A mineradora só pode dar uma compensação ambiental, pela exploração do solo pra Unidade de Conservação mais próxima, e a UC mais próxima na época era a de Tracuateua, por isso que não era viável que Quatipuru, Primavera, Pirabas e Salinas constituíssem uma, que esse dinheiro passasse pra lá, só que aconteceu que não foi como eles pensavam, o dinheiro não foi, sabe como é que é? E eles criaram em Quatipuru um polo, trouxeram pra Quatipuru um polo, o processo de criação da RESEX de Quatipuru não passava porque em quatipuru já existia um polo, sendo que Cumarú é um polo, Quatipuru é um polo e Boa Vista é um polo de Tracuateua, da UC de Tracuateua, só que aí a gente continuou o processo com Primavera, mas foi vencido o processo de Quatipuru.⁸

Este depoimento aponta que desde 2013, ano da criação do polo Quatipuru da REM de Tracuateua já havia interesses voltados para os *royalties* da empresa Votorantim no município de Primavera.

As ações dos atores chegam até o poder legislativo, tendo em vista a reivindicação de prosseguimento do processo de criação, prova disso é um evento realizado em maio de 2013 na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) em Belém através da iniciativa do deputado estadual Edmilson Rodrigues. Essa seção teve a presença do diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação do ICMbio, José Arnaldo Novaes Júnior, que representou a ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira. Na seção ele afirmou a posição favorável do MMA em criar a REM Filhos do Mangue,

⁸ Entrevista realizada com extrativistas de Quatipuru, fala do sr. Antonio de Jesus. 28 de agosto de 2017.

ressaltando que a participação do poder público era muito importante para agilizar a tramitação da proposta da REM⁹.

Essas primeiras atividades foram realizadas em conjunto com a população extrativista para definir os limites da REM. E em janeiro de 2012 foi realizada uma reunião na Comunidade da Telha em Primavera para definir os limites das REMs, e que viria ser tema de amplo diálogo, o recorte de cada UC.

A partir dessa delimitação foi realizado em 2016 os Estudos Técnicos feitos pelo Museu Paraense Emílio Goeldi demandados pelo ICMBio através do Programa Manguezais do Brasil. Após esses estudos foi realizada uma reunião em março de 2017 com a finalidade de unir os limites da REM de Quatipuru e Primavera foi uma proposta de junção pelo fato de os dois municípios terem uma inter-relação com as áreas de pesca. A proposta foi aceita pela comissão dos dois municípios e passou a englobar uma área de 37.704 ha. Além da delimitação, uma questão em debate era o nome da REM, conforme apontou William Ricardo da Silva Fernandes técnico do ICMBio:

O processo tinha nome Rio Primavera, Resex Rio Primavera. O outro processo tinha Boa Vista de Quatipurú, em 2012 tinha aquela ideia de juntar todos com o nome de Filhos do Mangue, e eu tive a coragem apesar de não ser movimento social nem nada, eu tive a coragem de fazer uma sugestão de botar Resex Marinha Rio dos Peixes porque achei que é um negócio que vai estar ali unindo, não vou falar nem dividir, o que uni os dois municípios é o rio dos Peixes. Mas essa é uma outra coisa que a gente está aberta a sugestão, que como juntou as propostas a gente ainda não tem um nome pra Resex, a gente queria ouvir também a opinião de vocês sobre isso.¹⁰

Após essa etapa foram realizadas as Consultas Públicas. Segundo Macedo (2007, p.300) “As Consultas Públicas ocorrem no momento anterior à criação de uma Unidade de Conservação, trata-se do momento no qual o Estado apresenta à população a propostas de criação e esta dá sua opinião sobre sua viabilidade e sobre os ajustes [...]”. Nos dias 23 e 24 de maio de 2017 foram realizadas a Consultas Públicas nos municípios de Quatipuru e Primavera respectivamente, momento que consideramos o ponto final da ação dos atores para a criação da REM.

⁹ Blog do Paulinho Pinheiro. **Sessão Especial na Alepa discutiu criação de Resex**. Disponível em: < <http://paulinhopirabaspineiro.blogspot.com.br/2013/05/sessao-especial-na-alepa-discutiu.html>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

¹⁰ Transcrição de áudio – Consulta Pública para apresentação da Proposta de criação REM Quatipuru/Primavera. 23 de maio de 2017.



Figura 21: Consulta Pública para a criação da REM em Quatipuru (A) e Primavera (B). **Fonte:** do autor

Nesta linha do tempo podemos destacar dentro os instrumentos adotados pela Política Nacional de Meio Ambiente, que as UC, em especial as Reservas Extrativistas, têm se destacado pela inserção do processo participativo em suas etapas de criação, nesse caso, a categoria de UC ora pesquisada tem a participação como princípio essencial. Num primeiro plano o processo de criação de uma REM se caracteriza pela legitimidade uma vez que é demanda ao poder público pelas populações tradicionais, sendo a organização social da comunidade um requisito fundamental dentro desse processo. Para tanto a etapa que se espera concluir para essas populações é o decreto presidencial que institucionaliza a REM, iniciando a etapa de implantação que é criar o Conselho Deliberativo, o Plano de Manejo e o contrato de concessão de direito real de uso e o termo de compromisso para que dessa forma seja realizada a gestão da UC.

A Realização da Consulta Pública marcou uma das últimas atividades frente ao processo de criação da REM, o que necessita agora do Decreto Presidencial para sua criação. De certa forma um grande passo para que se formule uma Governança Territorial para as populações extrativistas de Quatipuru e Primavera.



Figura 22: Linha do tempo do processo de criação da REM nos municípios de Quatipuru e Primavera. **Fonte:** pesquisa; elaboração do autor.

3.3. ELEMENTOS QUE RETARDARAM A CRIAÇÃO DA REM

Embora alguns elementos como os conflitos entre os próprios atores que estavam a frente das mobilizações para a criação de uma REM nos municípios de Quatipuru e Primavera no TRN1 sejam relevantes para elucidar esta pesquisa, trataremos de um elemento mais amplo visualizando de que forma a industrialização no TRN1 afetou o processo de (não) criação da REM.

As áreas protegidas representam 22% da área total do TRN1, sendo importantes para o reconhecimento da biodiversidade, e sua destinação às populações tradicionais que utilizam dessa biodiversidade para sua reprodução social. Essas áreas são de fundamental importância para a conservação da biodiversidade natural e da identidade cultural do território. Como visto anteriormente, são seis REMs, além de três Projetos de Assentamento e dois Territórios Quilombolas. Além dessas formas específicas de ocupação do espaço existem um elevado número de propriedades de agricultores familiares e fazendas, havendo ainda a forte incidência de títulos minerários, conforme o mapa abaixo (Figura 23) onde se pode identificar as Áreas Protegidas e as áreas cadastradas pelo DNPM de Títulos Minerários (TM) e Interesses Minerários (IM).

O subsolo é um bem da União, que dá concessão de uso às empresas mediante solicitações. Para obter as concessões, as empresas precisam desenvolver pesquisa para a identificação das jazidas. Na fase de pesquisa o empreendedor verifica a existência de determinada substância no local, e a intervenção, em geral, é pequena, havendo a necessidade de indenização pelos danos causados nesta atividade. No caso da extração, apenas a área diretamente afetada é passível de indenização. No entanto, após o período de exploração a área continua sendo do proprietário, que nem sempre é indenizado. As áreas objeto de concessões para a mineração podem estar dentro de propriedades privadas (grandes e pequenas), área de populações tradicionais, assentamentos e outras formas de ocupação. Os ocupantes dessas áreas são obrigados a conceder suas áreas para a exploração mineral, ficando com os passivos ambientais do processo de exploração. Em geral, as concessões são de longo prazo (50 anos) e afetam a vida das populações do entorno e, não raro, provocam poluição sonora, do ar e cursos d'água (MONTEIRO, *et al.* 2015).

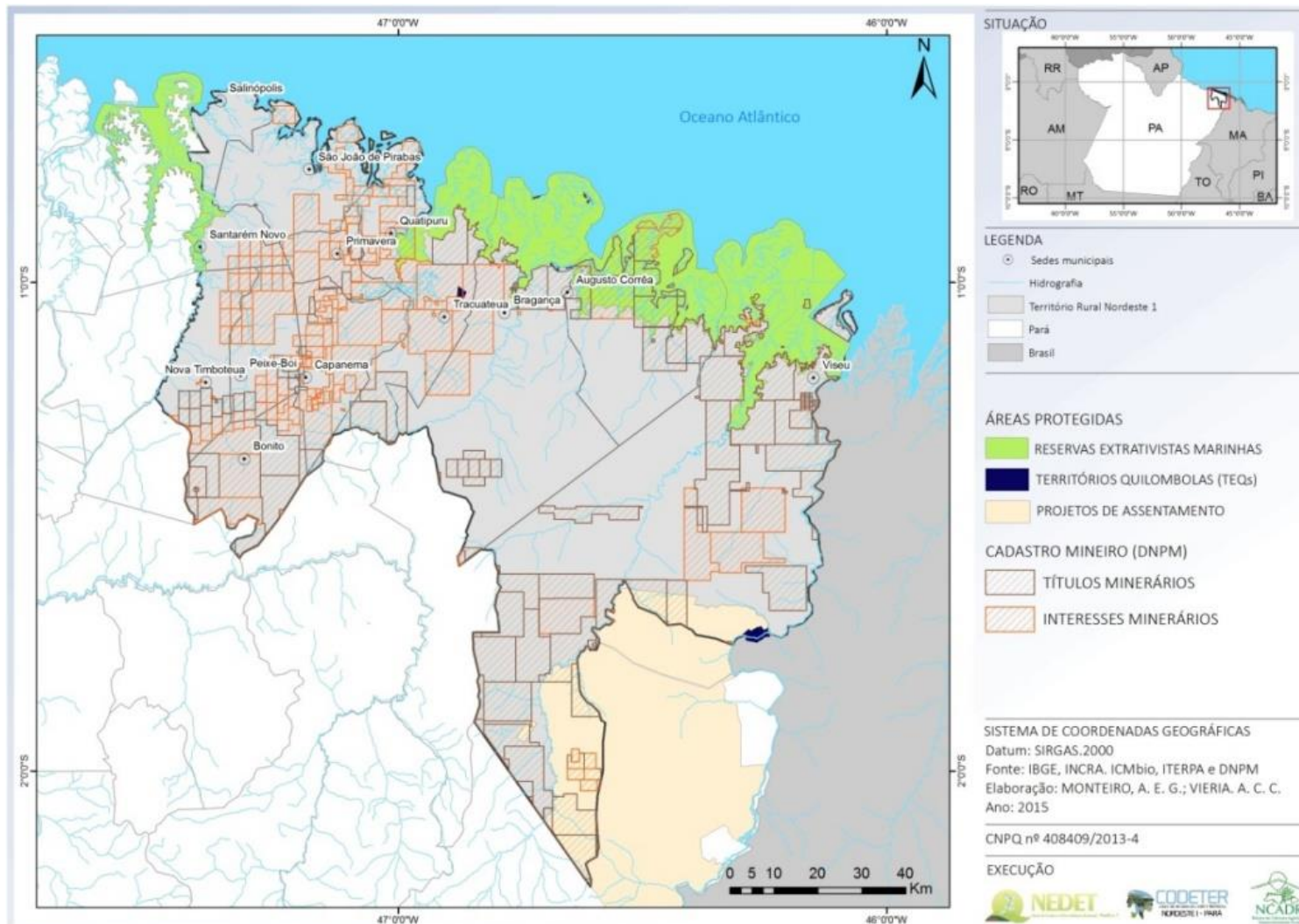


Figura 23: Áreas Protegidas, Títulos Minerários e Interesses Minerários do Território Nordeste I. **Fonte:** MONTEIRO, *et al.* 2015

A figura 26 além de ilustrar a espacialização e o interesse econômico notável sobre atividades relacionadas à mineração no TRN1, também ratifica que há na região uma grande concentração de TM e IM. Na prática os TM correspondem a: área licenciada; lavra garimpeira; autorização de pesquisa; requerimento de lavra e; concessão de lavra. Já os IM correspondem a: requerimento de licenciamento; requerimento de registro de extração; requerimento de pesquisa e disponibilidade. Esses IM e TMs incidem sobre algumas UC do TRN1.

Neste cenário de uso e ocupação do território pelas empresas de mineração na escala que corresponde ao TRN1 contribui para a análise dos prováveis impactos socioambientais que podem alterar sobremaneira a dinâmica ambiental local e as relações dos atores com a criação de uma REM nos municípios de Quatipuru e Primavera em decorrência da exploração mineral.

No TRN1 a mineração possibilitou a formação de novas redes com destaque para o município de Capanema que tem uma fábrica de cimento (CIBRASA) com funcionamento desde 1960. No entanto, novos empreendimentos minerais se instalam no TRN1, a exemplo da Indústria de Cimento Votorantim S/A no município de Primavera em 2016.

No que tange as áreas de UC, no processo de licenciamento para a instalação da fábrica de cimento no município de Primavera, foi realizada a elaboração do Relatório Técnico destinado a subsidiar a decisão da Coordenação Regional 04 do ICMbio em Belém-Pa sobre a emissão de Autorização para o Licenciamento Ambiental do empreendimento “Projeto Primavera/Pa Votorantim” no ano de 2010, servindo como requisito para a obtenção da licença, considerando a Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento estar próxima à área da Reserva Extrativista de Tracuateua no município de mesmo nome, conforme a figura 24.

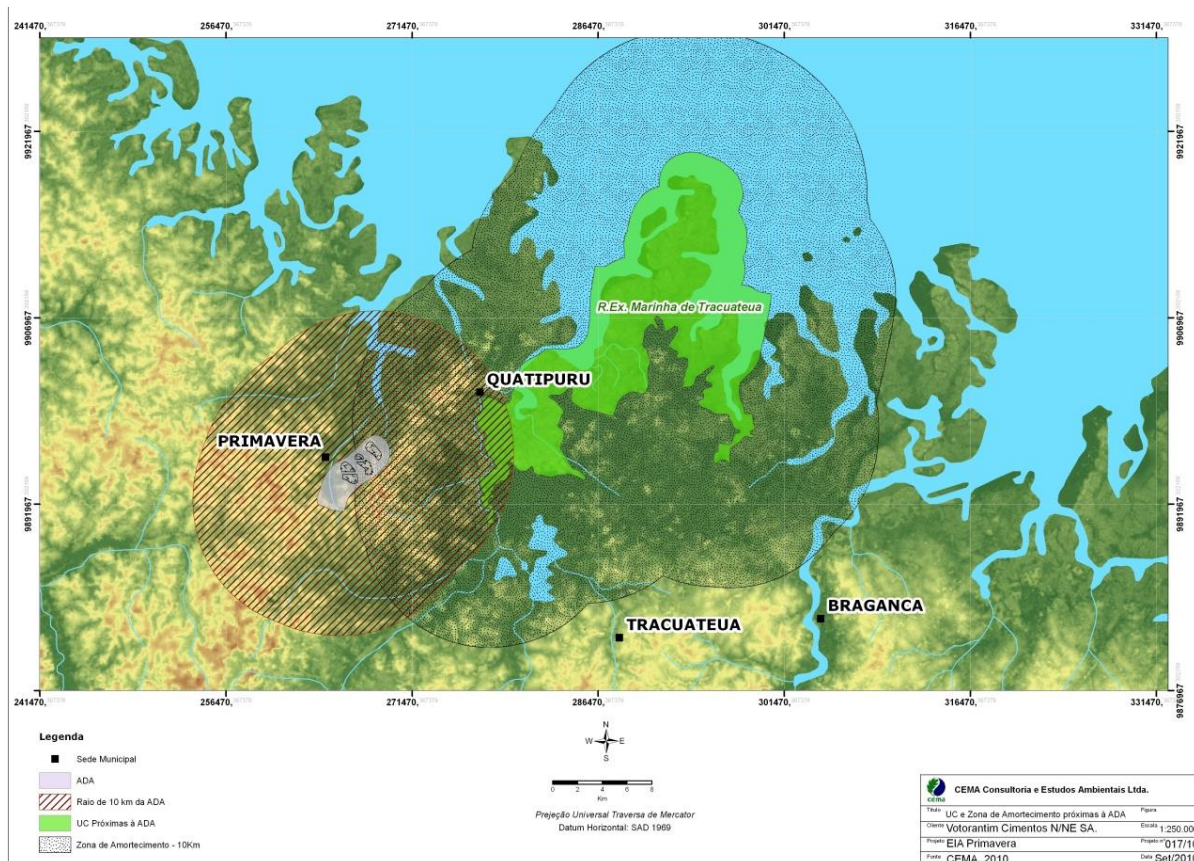


Figura 24: Área circundante (raio de 10 km) da Unidade de Conservação Federal Reserva Extrativista Marinha (RESEX) de Tracuateua pelo “Projeto Primavera/Pa Votorantim” **Fonte:** BRASIL, 2010. p.2

A análise técnica do relatório identificou que:

- a. **impactos ambientais potenciais e efetivos na Unidade de Conservação e sua área circundante:** os impactos ambientais observados para a execução e implantação da obra são de baixa intensidade e de localização circunscrita, referindo-se (a) às áreas de drenagem das águas pluviais e outras do empreendimento, em especial aquelas voltadas para as sub-bacias tributárias dos rios do Peixe, Tabocal e Aguiar, e (b) ao incremento da atividade, ocupação econômica e circulação do espaço localizado na Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII) que conectam o empreendimento à RESEX Marinha de Tracuateua.
- b. **as restrições para a implantação e operação do empreendimento, de acordo com o decreto de criação, características ambientais e o Plano de Utilização da Unidade de Conservação:** considerando o decreto de criação e o Plano de Utilização da Resex, não há qualquer impedimento ou restrição para a realização da referida obra, respeitando a legislação ambiental vigente;
- c. **a compatibilidade entre o empreendimento e as disposições contidas no Plano de Utilização:** a obra é compatível com os objetivos da RESEX de Tracuateua e o seu Plano de Utilização e não apresenta nenhum dispositivo que vede tal tipo de atividade; ao contrário, a referida obra auxiliará na implantação da Resex e no incremento da qualidade de vida das famílias usuárias desta unidade de conservação. (BRASIL, 2010, p.11.)

Outra informação que é trazida pelo relatório aponta a destinação de um montante de R\$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reais) de acordo com o EIA e o RIMA realizados pela Votorantim para acesso à licença ambiental para instalação. Esse montante estaria destinado para a compensação ambiental para a REM de Tracuateua. Este recurso estaria voltado segundo a empresa para: a) Regularização fundiária e demarcação das terras; b) Elaboração, revisão ou implantação de plano de Manejo; c) Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento; d) Desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento; e, e) Criação de um Fundo para os Projetos sócio ambientais, contribuindo para o cumprimento do objetivo e a efetividade da gestão da REM (BRASIL, 2010. p. 11).

Desde a implantação da Fábrica Votorantim no município de Primavera, o recurso destinado para as compensações acima, nunca foi posto em prática, e para REM de Tracuateua manter seu polo 08 em Quatipuru; possibilitou interesses divergentes diante da criação de uma REM no município, tendo em vista acessar a compensação destinada pela empresa instalada em Primavera.

Esse processo de mineração também pode ser visto através da fala dos extrativistas, a exemplo da fala do sr. Antônio de Jesus.

Nós estamos aqui num barril de póvora por parte de algumas mineradoras que aqui tem, agora, de exato momento, ela não causa medo nenhum, mas a futuro ela causa para nós um grande temor. Eu falo como extrativista, tirador de caranguejo, como cidadão, que é a Votorantim aqui em Primavera, onde todas as nascentes, nossa daqui de Quatipuru, São João de Pirabas e Primavera nasce de lá de onde ela vai explorar esse minério, então é por isso que Primavera está também se conscientizando pra que tenha no futuro um poder jurídico para atuar contra essa mineradora, para que não acontece em Quatipuru o mesmo que aconteceu em Mariana, até porque em Mariana o rio era muito maior, aqui é pequenininho, se um desastre ambiental vier ocorrer, acabou com o manguezal, acaba com a vida da gente¹¹

Na figura 25, pode-se notar o latente interesse minerário sobre a região e a formação do corredor do calcário, matéria prima principal para a fabricação de cimento, a instalação de

¹¹ Entrevista realizada com extrativistas de Quatipuru, fala do sr. Antônio de Jesus. 28 de agosto de 2017.

fabricas de cimento nos municípios de Capanema e Primavera têm potencializadas uma visão diferenciada do Estado pelos incentivos dados aos projetos de mineração no TRN1.

Em um contexto amplo na Amazônia sobre populações locais *versus* projetos de mineração, tem-se muitas lições aprendidas que ressaltam a ausência de melhorias na qualidade de vida local, e apontam diversos níveis de impactos ambientais e socioculturais sofridos. As relações de forças políticas são desiguais e quase sempre favorecem o interesse do grande capital, um cenário negativo do ponto de vista de construção de modelos de desenvolvimento regional com bases sustentáveis, e que reflete a visão de como a Amazônia ainda é vista no macro cenário de desenvolvimento do país a última fronteira de exploração.

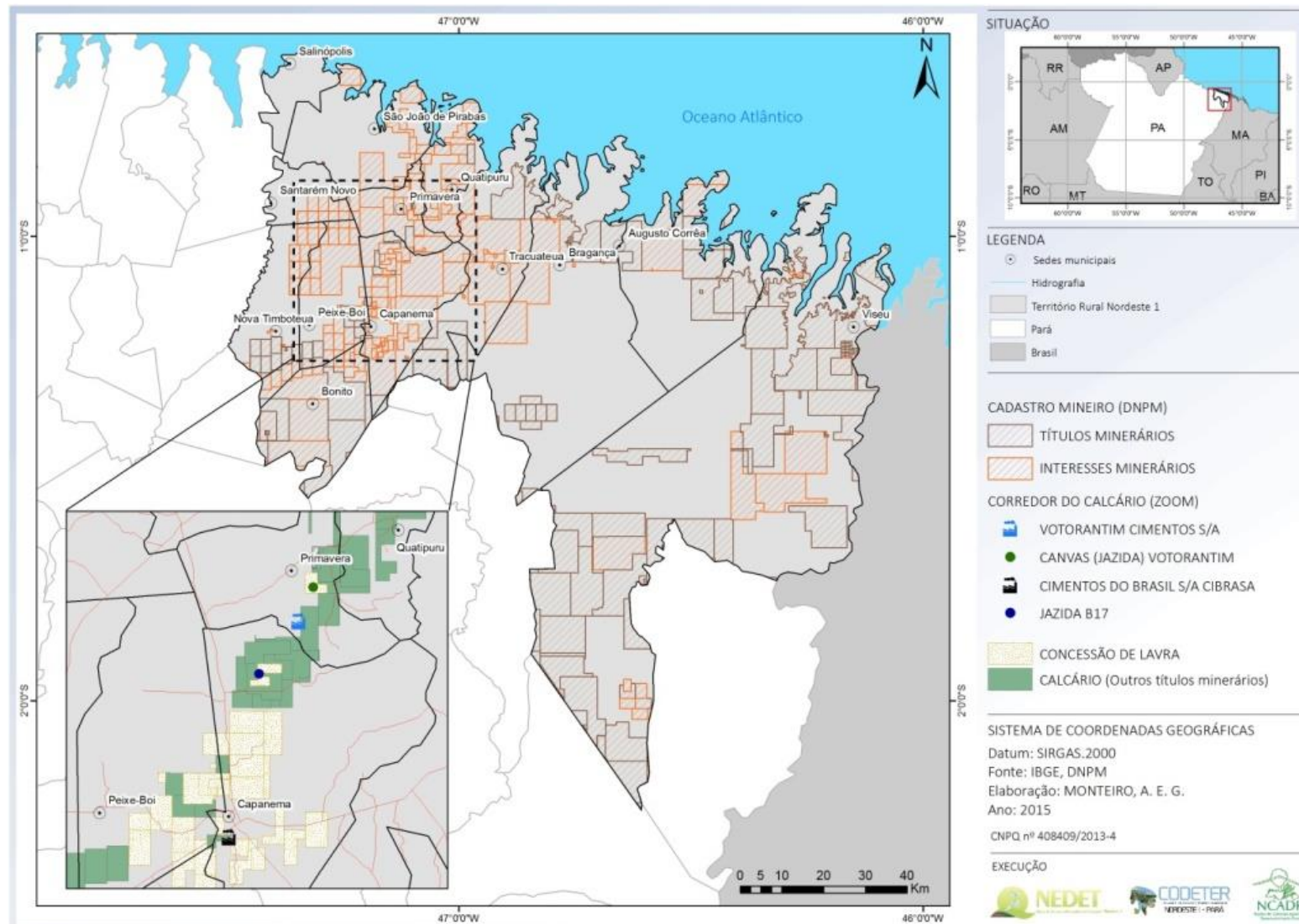


Figura 25: Mapa do corredor do calcário e Títulos e Interesses Minerários no TRN1. Fonte: MONTEIRO, et al. 2015

3.4. PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO DA REM

Embora as etapas para a criação de uma UC tenham sido cumpridas há uma ressalva para a efetivação da criação que depende do decreto presidencial.

Passada a etapa de Consultas Públicas o ICMBio fechou a proposta e encaminhou para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), após isso o MMA realiza consultas a outros ministérios, pelo fato de não haver conflitos entre as políticas executadas pelo Governo Federal. Nessa etapa, que podemos apontar como a atual há diversas reuniões interministeriais que envolve questões de interesses sob a área de proposição da UC. Um dos Ministérios que é consultado é o Ministério de Minas e Energia (MME) que envolve o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), além dos Ministérios de Transportes e a Marinha pela questão da área marinha. Esses Ministérios devem dizer se há interesses diferenciados na área ou não.

O MME envolve questões referentes a três áreas: petróleo e gás, geração de energia e mineração, no caso deste trabalho cabe fazer uma análise a respeito da mineração.

O Ministério deve dar um parecer sobre essas três áreas, e havendo um conflito de interesses, é necessária uma negociação ministerial, onde se abre uma mesa de negociação, devendo os Ministérios apresentar seus argumentos no intuito de chegar a um consenso, em que as partes podem abrir mão de algum interesse, como ressaltou William Ricardo da Silva Fernandes técnico do ICMBio na consulta pública “Às vezes a gente tem que abrir mão de alguma coisa. A gente não vai abrir mão do que é essencial, ou seja, áreas que são essenciais, áreas de uso a gente não abre mão, mas às vezes vai ter que abrir mão de alguma área periférica, até para poder passar a proposta como todo”.¹² Após toda a negociação o processo é encaminhado para a Casa Civil.

No que concerne aos TM e IM, o DNPM normalmente considera inegociável as áreas de concessão de lavra, pelo fato dos efeitos jurídicos que recaem sobre esse título minerário, os outros tipos de Títulos.

Em maio de 2017 foi realizado uma reunião envolvendo a PMP, CNS e ICMBio em Brasília no Ministério do Meio Ambiente, momento em que o Ministro Sarney Filho, indicou como favorável a criação da REM nos municípios de Primavera e Quatipuru no TRN1, na

¹² Transcrição de áudio – Consulta Pública para apresentação da Proposta de criação REM Quatipuru. 23 de maio de 2017.

perspectiva atual, a criação depende desses fatores acima apontados e por final do decreto do Presidente da República.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho resolvemos abordar alguns pontos sobre o uso e ocupação do território por diferentes agentes econômicos e sociais a partir do recorte do TRN1 no Pará, com a finalidade de analisar o processo de (não) criação de uma UC que perdura por mais de uma década. Fizemos uma leitura de diversos atores, importância de conservação, e por último, disputas de interesses econômicos antagônicos sobre o território. Uma década de debate em torno da criação da REM, demonstra em diversos sentidos uma baixa governança do Estado brasileiro nas suas prioridades de conservação ambiental de regiões ecologicamente sensíveis; além de, apesar, dos avanços, grandes dificuldades para reconhecer os direitos de populações tradicionais sobre seus territórios e reprodução de modos de vida.

Embora o Estado tenha criado mecanismos legais para a criação de UC e reconhecimento de territórios tradicionais, como a criação de Reservas Extrativistas - unidade do tipo uso sustentável através do SNUC – tem realizado diversas ações na gestão e no ordenamento do território. Os incentivos dados para a instalação de empreendimentos minerários no TRN1 foram de encontro aos interesses antagônicos de populações extrativistas pelo reconhecimento de seus territórios.

A capacidade dos atores de se organizarem territorialmente e realizar a gestão do seu território esbarram nos distintos interesses, em que a participação do Estado tem o poder de mediação, e muita das vezes transfere esse poder na forma de incentivo à instalação de empreendimentos minerais a passos curtos e a passos largos a criação de UC.

Ao nível local, governos municipais, apesar de estarem inseridos nos mesmo cenários ambientais e nas mesmas dinâmicas econômica, fortemente ligada à pesca e outros recursos do mar, não tem demonstrado uma visão estratégica unificada sobre os cenários futuros de desenvolvimentos nesses municípios. Muitas dessas dificuldades são demonstradas porque as elites políticas dominantes não veem necessariamente, a criação desses espaços enquanto alternativas de desenvolvimento local; ao contrário, alguns veem como sinônimo de “atraso”, algo que “engessa” outras alternativas.

Mas uma década de disputa? Isto, por outro lado, demonstra que, no mínimo, a ampliação do conhecimento sobre os potenciais de uma REM enquanto garantia de territórios é potencial econômico para as organizações locais e direito das comunidades. Além disso, o processo diante a criação da REM faz com que haja o fortalecimento das organizações de

base, para que através da organização coletiva mantenham-se mobilizados. O tempo, neste tipo de cenário, não tem como não ser “dolorido” para as lideranças que se dedicam para uma causa em comum, e nesses aspectos governos são “temporários” cenários pró *versus* contra são dinâmicos.

Alguns problemas e limitações podem ser pontuados a partir dessa pesquisa, como a falta de conhecimento por parte das populações extrativistas diante do processo de criação de uma REM, e que foi possível identificar nesse trabalho que após a interação com atores relacionados ao CNS essas populações extrativistas tiveram mais autonomia e conhecimento adquirido para demandar essa política.

As dificuldades enfrentadas pela articulação de uma REM englobando dois municípios pode, de certa forma emperrar o processo, o que só foi revertido através das relações dos atores dos municípios com o apoio do CNS e ICMbio.

A existência de um polo da REM da Tracuateua em Quatipuru, foi visto como um ponto negativo pelos extrativistas, pois sobrepunha diferentes interesses, entre os próprios extrativistas, que muitas utilizam do mesmo território. Há uma demanda dessas populações pelo acesso as políticas públicas advindas da criação de uma REM, além disso há o interesse pelas compensações ambientais da exploração do calcário no TRN1, embora se reconheça que essa compensação não seja suficiente para suprir as necessidades de conservação após a criação de uma nova REM.

O processo de Industrialização do TRN1 pode incentivar novas formas de uso, tendo em vista o crescente interesse nos recursos minerais presente no Território. Além do calcário há um forte interesse para a extração de bauxita, e o Estado incentiva a chegada dessas empresas, e potencializa os diferentes interesses sobre o território.

Diante disso, neste estudo, buscamos identificar as ações dos atores na busca por autonomia e reconhecimento territorial através da criação de uma UC, ainda que tangenciando a limitadora praxe desenvolvimentista. E em meio às situações conflituosas de criação de uma UC, em um contexto regional de empreendimentos minerários de grande porte, geradores de impactos socioambientais extremamente negativos, encontra-se a preposição da criação de uma REM. Trata-se de uma UC voltada para a proteção da biodiversidade do mangue e do saber tradicional. O esforço individual de cada ator tornou o processo de proposição da REM algumas vezes conflituoso, mas possibilitou que as etapas previstas pelo SNUC fossem executadas. Cabe ressaltar que o recorte de nossa pesquisa, entretanto, considerando

especialmente o TRN1 trouxe uma ampla visão sobre a criação de UC, se fosse diferente, talvez não possibilitasse uma análise mais apurada da criação de novas UC. É necessário salientar que, fosse maior nosso alcance, talvez mais complexos seriam os conflitos observados. Os atores, talvez, os maiores prejudicados com as limitações impostas são pessoas que para ter uma fonte de renda necessitam do extrativismo, da coleta do caranguejo uçá, da pesca, e de outras práticas, e por isso, podem não ser capazes de vislumbrar a implantação da REM sob um olhar otimista, devido aos diferentes interesses. Dessa forma, acreditamos que o processo de proposição de uma Unidade de Conservação deve ser, mas bem analisada mesmo não figurando uma solução para os problemas elencados ao longo do texto. Persiste assim, a necessidade de se encontrar um caminho que efetivamente possa democratizar o acesso aos bens da natureza, respeitando as diversidades biológica e social. Que não perdue por mais uma década a (não) criação da REM FILHOS DO MANGUE nos municípios de Quatipuru e Primavera.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 18, p. 39-59, jul.-dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v18i0.13423>.

ALLEGRETTI, M.H. Reservas extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. **Pará Desenvolvimento** 25, 2–29, 1989.

ANDRADE, L. C. Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – ocupação e uso do território, federalização territorial e recursos naturais. Belém: IDESP, 2011.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2008.

BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BECKER, B. K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, v. 1, p. 5-28, 2001.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRASIL. Dec s/nº, de 22 de nov. de 2001. **Cria a Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Município de Soure, Estado do Pará, e dá outras providências**. Brasília, 22 de novembro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2001/Dnn9384.htm Acesso em 10 de nov. de 2017.

_____. Lei Nº 9.985, de 18 de jul. 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza**. Brasília, jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm Acesso em 10 de nov. de 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**: Atualização - Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007. / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. – Brasília: MMA, 2007.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de

agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas:** Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p.

_____. R. E. U. Decreto Nº 1.713, de 14 de jun. de 1937. **Cria o Parque Nacional de Itatiaia.** Rio de Janeiro, jun. 1937. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_itatiaia.pdf Acesso em 10 de nov. de 2017.

_____. R. E. U. Decreto Nº 23.793, de 23 de jan. de 1934. **Código Florestal.** Rio de Janeiro, jan. 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793impressao.htm Acesso em 10 de nov. de 2017.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados.** Annablume, 2000.

CARVALHO, D. M.; DANTAS, L. S. T. Desenvolvimento Territorial no Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA: Reencontro de Saberes Territoriais Latinoamericanos, 14., 2013, Peru. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/42.pdf> acesso em 09 de novembro de 2017.

CAVALCANTE, M. B. **A Criação de Unidades de Conservação: da Gênese do Ideal aos Desafios do Real.** Revista Multidisciplinar da UNIESP. n.10. p.77-86. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.uniesp.provisorio.ws/revista/revista10/pdf/artigos/08.pdf> Acesso em 10 de nov 2017.

CONCEIÇÃO, M. F. C. **Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense.** In: HÉBETTE, J. MAGALHÃES, S. B. MANESCHY, M. C; (org.). No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. Belém. EDUFPA, 2002.

_____. M. F. C. **Políticas e colonos na Bragantina, estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca. 1990. 319f.** Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

CONDRAF. Resolução nº 94 de 23 de maio de 2013. **Incorpora territórios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, e dá outras providências.** DOU, Seção 1, p. 56-61, 28 de maio de 2013.

COSTA, E. J. M. Planejamento Territorial, Gestão de Políticas Públicas e Descentralização Regional: A Experiência do Estado do Pará. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização Político- Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011, p. 398-430.

COSTA, J. N. **As novas regras do jogo para o acesso aos recursos naturais da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará.** 2014. 315f. Tese. Orientador Heribert Schmitz, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.

CUNHA, L. H. O. Reservas extrativistas: Uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. **Encontro dos povos do Vale do Ribeira**, 2001.

DA SILVA, J. M. P. **Território e Mineração em Carajás.** Ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

_____. J. M. P.; ROCHA, D. P. N. A MINERAÇÃO EM PEQUENA ESCALA (MPE) NO ESTADO DO PARÁ E A (DES) ORDEM DO TERRITÓRIO. **Revista GeoAmazônia**, v. 2, n. 01, p. 01-18, 2014.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial e Desenvolvimento: uma introdução ao tema. **Governança Territorial e Desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, p. 15-38, 2011.

ÉGLER, E. G. A zona Bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 23, n. 3, p. 527-555, 1961.

FILHO, J. B. F. Paisagem, Lugar e Percepção: um Estudo das Relações do Homem e os Manguezais no Município de Quatipuru – Pará. 2015. 106 f. (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém.

GERALDI, J. Análise Conceitual da Política de Territórios Rurais: O Desenvolvimento Territorial no Brasil.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, amazônias.** Editora Contexto, 3ª edição, 2012.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. **Porto Alegre**, 2004.

HASSLER, M. L. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico.** Rio de Janeiro. IBGE, 2010.

LEA M. S. et al. (2006). As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido. viii + 60pp.

MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S.. Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n° 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5.ed.aum.Brasília: MMA/SBF, 2004.56p.

MONTEIRO, A. E. G. ASSIS, W. S. VIEIRA, A. C. C. Impactos Socioambientais da Expansão da Indústria de Cimento no Território Nordeste I – Pará. In VII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E VII SIMPÓSIO NACIONAL AGRÁRIA. 2015, Goiânia. Anais. 2015, p 1810.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. Annablume, 2005.

OLIVEIRA, J. H. Territórios da cidadania: desenvolvimento rural sustentável a partir da abordagem territorial. Alternativa de enfrentamento da crise. In: XIV Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Salvador de Bahia, Brasil, 27 - 30 oct. 2009. 14, p.

OLIVEIRA, R. *et al.* (Coord.) Diagnóstico e caracterização socioambiental das áreas propostas para a criação e ampliação de Reservas Extrativistas na Mesorregião do Nordeste Paraense no Estado do Pará: **PRODUTO 3: Relatório com diagnóstico socioambiental referente à proposta de criação da Resex Boa Vista do Quatipuru**. Belém, 2015a. 130 p.

_____. Diagnóstico e caracterização socioambiental das áreas propostas para a criação e ampliação de Reservas Extrativistas na Mesorregião do Nordeste Paraense no estado do Pará: **PRODUTO 4: Relatório com diagnóstico socioambiental referente à proposta de criação da Resex Rio Primavera**. Belém, 2015b. 90 p.

ORELLANA, J. S. El aprovechamiento de los bienes comunes en los bosques amazónicos. Impactos económicos, sociales y culturales de la creación y funcionamiento de áreas protegidas en dos paisajes amazónicos fronterizos. Iniciativa Visión Amazónica. REDPARQUES, WWF, FAO, UICN, ONU Medio Ambiente. Quito, Ecuador: UICN, XII + 2017. 36p.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Zahar, 2002.

PELLISSARO, S. R. Geografia histórica (econômica e Política) da capitania do Grão-Pará nas primeiras décadas do século XIX. **Revista Paisagens**, v. 1, n. 8, 2017.

PENTEADO, A. R. **Problema de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina**. Tese Doutorado (Geografia do Brasil) – Faculdade De Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo USP, São Paulo. 1967.

PORTAL DOS NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Mapas territoriais. Disponível em: <http://portaldosnedets.info/site/mapas/>. Acesso em 06 de jan. 2017.

ROCHA, D. P. N. **As territorialidades das pequenas empresas de mineração no nordeste paraense: o caso do município de Capitão Poço (PA)**. 2013. Dissertação de Mestrado. PPGeo. Universidade Federal do Pará.

SÁNCHEZ, L. H. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos. São Paulo:

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, v. 2, p. 15-25, 1999.

_____. M. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. 5.ed. São Paulo: Edusp,

_____. M. Por Uma Geografia Nova – da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 2ª edição. **São Paulo: Hucitec**, 1980.

_____. M; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. **Rio de Janeiro: Record**, 2005.

SANTOS, R. A. de O. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T. A. QUEIROZ, 1980.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. Unidades de conservação: aspectos históricos e sua evolução. In: **Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, COBRAC**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2004.

SCHMIDLIN, L. A. J. et al. Mapeamento e caracterização da vegetação da Ilha de Superagüi utilizando técnicas de geoprocessamento. 2005.

SILVA, D. B. R.. (2011) **Caracterização Histórica do Município de Bragança/Pa**. Disponível em: < <http://profdariobenedito.blogspot.com.br/2011/02/uma-caracterizacao-historica-de.html>>. Acesso em: 11 de jan. 2018.

SILVA, J. P. S. Impactos ambientais causados por mineração. **Revista espaço da Sophia**, v. 8, p. 1-13, 2007.

SILVA, M. A. P. Projeto Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: as experiências do Nordeste, Sul e Sudeste do Pará. Universidade Federal do Pará, 2013.

SOUZA FILHO, P. W. M. Costa de manguezais de macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos. **Revista Brasileira de Geofísica**, v. 23, n. 4, p. 427-435, 2005.

TAVARES, M. G. C. **A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios**. Revista ACTA Geográfica, ANO II, nº3, 2008.

TEISSERENC, M. J. S. A; SANNT'ANA JÚNIOR; ESTERCI, N. (Org.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016.

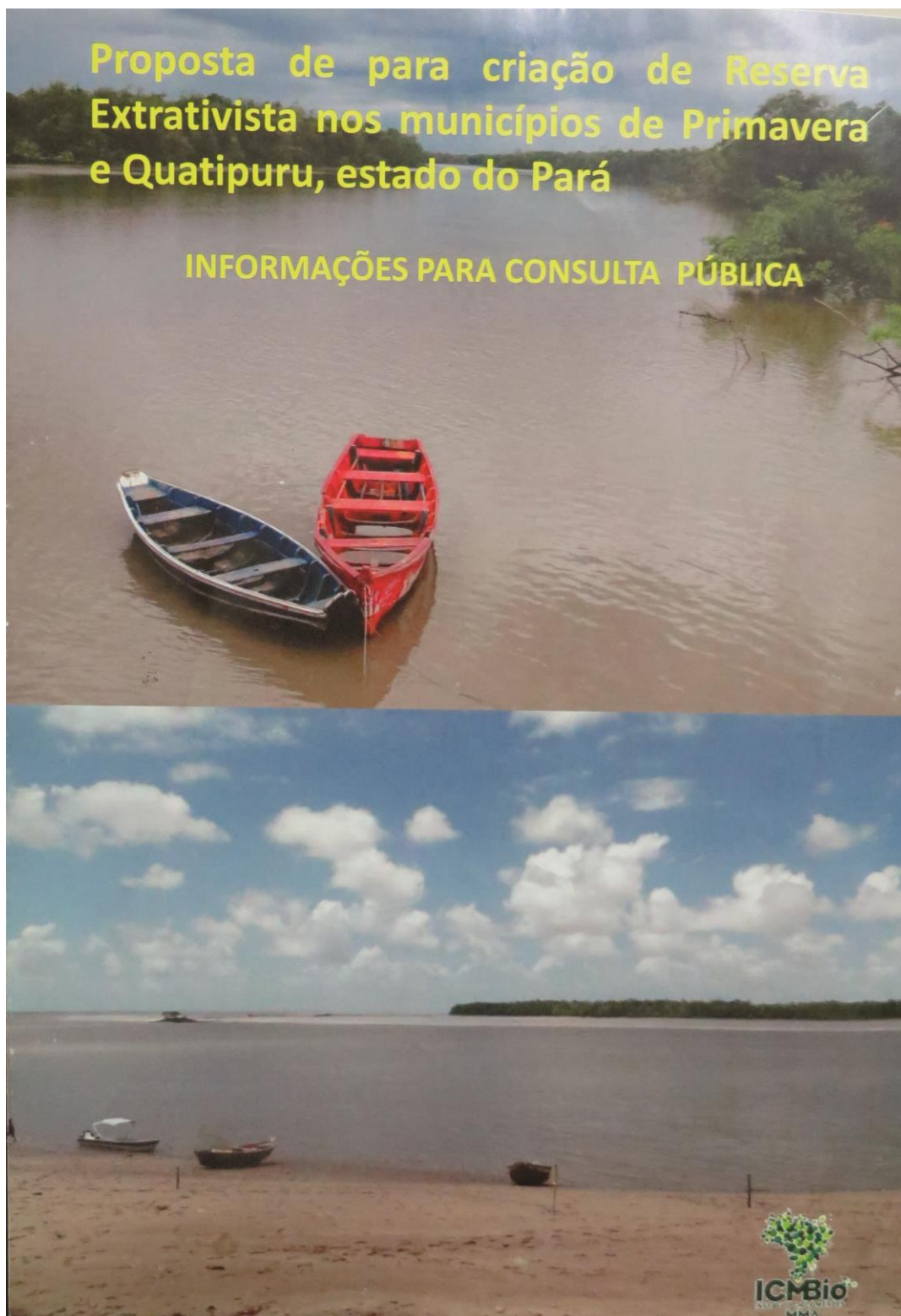
VIEIRA, A. C. C. *et al.* Ordenamento Território de Identidade Rural Nordeste I no estado do Pará: oportunidade ou desafio para o desenvolvimento territorial. In: 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 2016, Ouro Preto. Anais, 2016. p.10.

WESLEY, M. H. A. Colonização, terra e o pequeno agricultor: modificações face a escassez da terra. **Revista do CHLA da Universidade Federal de Alagoas. Ano III Nº**, v. 5, 1990.

WETTERBERG, G. B. **Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia**. IBDF, Brasília (Brasil) PNUD, Brasília (Brasil) FAO, Brasília (Brasil) Ministério de Agricultura, Brasília, (Brasil), 1976.

ANEXOS

ANEXO A – Cartilha de informação das Consultas Públicas realizadas em Quatipuru e Primavera pelo ICMbio.



O que é Consulta Pública?

A consulta pública para a criação de uma Reserva Extrativista tem a finalidade de ajudar na definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a área. A consulta consiste em reuniões públicas com a população local e outras partes interessadas. Neste processo, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população que mora dentro e nas proximidades da unidade de conservação que está sendo proposta.

O que é Reserva Extrativista?

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Onde será criada a Reserva Extrativista?

A proposta de criação da Reserva Extrativista abrange as áreas de manguezais, apicuns e restingas localizadas ao longo dos rios Primavera e Quatipuru nos municípios de mesmo nome.

A área da proposta de RESEX é composta por ilhas, baías (Japerica e Quatipuru) e um complexo estuarino interligado por canais e furos, cheios de manguezais, que hospedam várias espécies de peixes, crustáceos, moluscos, mamíferos aquáticos e aves, especialmente as migratórias, que buscam descanso, alimentação e local para reprodução.

Quais os benefícios trazidos por uma Reserva Extrativista nessa região?

- Preservação dos ecossistemas frágeis, atualmente sujeitos a pressões de degradação;
- Manutenção e gestão da produtividade pesqueira, com valorização da pesca artesanal que possui importância na segurança alimentar e na geração de renda para um número significativo de pessoas da região;
- Manutenção e valorização da cultura tradicional das comunidades litorâneas;
- Conservação das belezas dos estuários, permitindo que os atrativos para o turismo permaneçam;
- Fortalecer, em parceria com o poder público municipal e estadual, o desenvolvimento sustentável da região.




PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE RESERVA EXTRATIVISTA QUATIPURU/PRIMAVERA



1 cm = 2 km

Área: 37.704,78 ha
Perímetro: 210.567,92 m

Legenda

-  UCs_Federais
-  Proposta_Resex_Quatipuru_Primavera
-  Sedes/Localidades

Quem é responsável pelo processo de criação da Reserva Extrativista?

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, é um órgão federal ligado ao Ministério do Meio Ambiente cuja sede administrativa fica localizada em Brasília e possui uma Coordenação Regional em Belém.

Quem irá gerir a RESEX?

A RESEX será gerida por um **Conselho Deliberativo**, constituído pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, representantes das populações tradicionais que utilizam a área, representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, de entidades de pesquisa, universidades, entre outros. A gestão tem como um de seus instrumentos de apoio o Plano de Manejo da RESEX.

O que é o Plano de Manejo?

O Plano de Manejo é o documento técnico que abrange a área da RESEX e sua zona de amortecimento, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. É construído de forma participativa e fundamentado nos objetivos de criação da RESEX. No Plano de Manejo são estabelecidos as normas de uso da UC; como será feito o manejo dos recursos naturais e o seu zoneamento.



Fotos: Willian Fernandes, Walmir Júnior e Vergara Filho

**As manifestações podem ser enviadas para o seguinte endereço:
EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo, Setor Sudoeste,
CEP: 70670-350, Brasília/DF ou pelo correio eletrônico (e-mail):
consultapublica@icmbio.gov.br**



ANEXO B – Fotografias das atividades realizadas: Entrevista com grupos focais em Quatipuru (A) e Primavera (B).



ANEXO C – Carta convite para participação de reunião referente a criação da REM Filhos do Mangue.



CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS – CNS
CNPJ: 14.352.991/0001-86

CARTA CONVITE

Através deste venho convidar o Sr. **ANTONIO EDUARDO GOMES MONTEIRO**, concluinte do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Geografia da UFPA e Bolsista de Extensão no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural Nordeste I (UFPA/NCADR), para participar da reunião sobre a criação da **RESERVA EXTRATIVISTAS MARINHA FILHOS DO MANGUE** que será no dia **07/03/2017 às 09:00** na colônia de pescadores em Quatipurú e no dia **08/03/2017** pela manhã em Primavera também na Colônia de Pescadores. Para que possa acompanhar a evolução desta RESEX em criação, que inclui e irá beneficiar os extrativistas de Primavera, Quatipurú, São João de Pirabas e Salinópolis.

Atenciosamente,

Atanagildo de Deus Matos
Diretor do CNS

Belém, 06 de março de 2017.

Rua Barão de Mamoré, 8A – São Braz – CEP: 66.073-070 Belém-PA - (91) 991863246 e-mail: augustocns@gmail.com e/ou cnsbelempa@gmail.com

ANEXO D – Carta convite para participação no III Chamado da Floresta em Santarém – Pa.



CONVITE

Do: CNS

Para: ANTONIO EDUARDO GOMES MONTEIRO

13.10.2015

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS, entidade de representação e defesa dos interesses das populações extrativistas, legitimado e imbuído do compromisso em lutar pela melhoria de vida da população que represente, convida vossa pessoa para participarem da **Jornada de Luta – O III CHAMADO DA FLORESTA**.

30 anos do CNS se concentra em momento de formação, pertencimento afirmação da Juventude extrativista, visando a continuidade dos novos desafios a serem trilhados, desta forma traz este ano como tema central a **JUVENTUDE** e como lema: **FLORESTA CONSERVADA É VIDA CONTINUADA**,

Data: 28 a 29 de outubro de 2015.

Local: Comunidade São Pedro – Resex Tapajós Arapiuns – Santarém-PA/Brasil

O Chamado da floresta visa reunir lideranças extrativistas de territórios de uso coletivo e sustentável de todo o Brasil, em especial da Amazônia, a fim de debaterem estratégias de ação para o biênio 2016/2017 em relação a pauta que trata de Política de Reforma Agrária; plano de manejo, sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural -ATER,fomento/crédito, infra-estrutura básica: geração de energia elétrica, captação e distribuição de água, Saneamento, Habitação, via de acesso, Sistema de saúde, Política educacional, serviços ambientais, criação de novos territórios de uso coletivo e combate à violência.

O III Chamado da Floresta é construído envolvendo no debate dos temas que compõe a pauta de negociação, mais de três mil famílias diretas e aproximadamente 150 mil famílias indiretas, estas moradoras dos Territórios de Uso Coletivo (RESEX, PAE, RDS, FLONA, PDS, e milhares de outras famílias em áreas extrativistas ainda não destinadas em todo o País.

Assim, o CNS tem a honra de convidar pra participar deste evento, como membro de uma equipe de profissionais voluntários de registro/documentação audiovisual do evento. Certos que esta luta é de todos/as.

Aguardamos a confirmação de sua presença através do email: [chamadodafloresta2015@gmail.com/](mailto:chamadodafloresta2015@gmail.com)

belocns@gmail.com/edelmoraes@gmail.com cel: watsapp: 91 992997959 - Edel /96 991486453 telenone: 96 3222 4453 - Joaquim

Atenciosamente

Joaquim Belo
Presidente do CNS

ANEXO E – Ofício encaminhado para o ICMBio para a junção das propostas de REMs no TRN1.

Primavera(PA), 03 de março de 2012.

Ofício n. 01/2012

Ilmo.Sr.

Fabiano Gumier Costa

Coordenador da CR-4/ICMBio/PA

Prezado Senhor,

Nós das Comissões Pró-Resex de Primavera, Quatipuru, São João de Pirabas e Salinópolis, vimos por meio deste apresentar ao ICMBio, com base na aprovação dos extrativistas no Primeiro Seminário dos Extrativistas das Áreas de Marinhas, realizada na Comunidade da Telha em Primavera no dia 03 de março de 2012, a Unificação das 4 Áreas (Primavera/Quatipuru/São João de Pirabas/Salinópolis) em único processo de criação das Reservas Extrativistas, em única Unidade de Conservação de Uso Sustentável, abrangendo os quatro municípios em discussão. Portanto, solicitamos desconsiderar os documentos anteriores protocolados nesse ICMBio/Regional/Pará, com pedidos individuais.

Atenciosamente,

Jair Assis Teixeira/Pró-Resex Salinópolis

Raimundo Sarmiento dos Reis/Pró-Resex Quatipuru

Luis Carlos Costa da Silva/Pró-Resex Primavera

Lúcia Mercês da Costa/Pró-Resex São João de Pirabas